

PODER LEGISLATIVO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RELATÓRIO FINAL

C P I

**EXPLOSÕES À CAIXAS À CAIXAS
ELETRÔNICOS**

**Presidente: DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
Relator: DEPUTADO GUTO SILVA**

DIRETORIA LEGISLATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 15 DEZ. 2015
[Signature]
1º Secretário

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA
A INVESTIGAR EXPLOSÕES À CAIXAS
ELETRÔNICOS NO ESTADO DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
(ATO DO PRESIDENTE Nº 013/2015)

PRESIDENTE

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI

RELATOR

DEPUTADO GUTO SILVA

MEMBROS EFETIVOS

DEPUTADO MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER



1. DO CONHECIMENTO DO FATO

No Estado do Paraná ocorreu uma onda de explosões à caixas eletrônicos. Foram quase uma explosão por dia no começo do ano de 2015. Essas ações proporcionaram preocupação dos órgãos públicos e principalmente dos parlamentares da Assembleia Legislativa, que solicitaram o requerimento para constituir Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conforme inciso 3º do artigo 62 da Constituição Estadual do Estado do Paraná, e com fundamentos nos artigos 34, 36, e 37 do Regimento Interno desta Casa.

As justificativas para a criação da CPI se baseiam no “aumento de 45%, em 2014, das ocorrências de furtos a caixas eletrônicos e terminais de autoatendimento mantidos em estabelecimentos comerciais”, conforme descreve o Deputado Felipe Francischini no requerimento de 10 de março de 2015 e também, do interesse de proteger a pessoa humana e garantir a segurança do consumidor.

Para os cidadãos paranaenses, as explosões geraram sentimento de medo e causando destruição do patrimônio. Devido a todos esses fatos, dados e justificativas, fez-se necessária, portanto, a atuação desta Casa de Leis.

A Comissão teve como objetivos principais investigar e fiscalizar os motivos para as explosões à caixas eletrônicos no âmbito do Estado do Paraná, além de apurar possíveis irregularidades e propor mudanças.

A CPI trabalhou para analisar e investigar a comercialização, transporte, manuseio e emprego de explosivos por empresas sediadas em território estadual. Em paralelo, indagar as medidas preventivas de segurança tomadas pelos bancos para auxiliar os órgãos de segurança, os quais atuam para inibir os atos criminosos no território do Estado do Paraná.

O foco de investigação seguiu fontes como a FEBRABAN (Federação Nacional dos Bancos) - que é uma entidade representativa do setor bancário brasileiro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e também o



Exército Brasileiro - que fiscaliza produtos controlados como os explosivos utilizados nos caixas eletrônicos.

2. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

2.1 DA CONSTITUIÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, instituída através do Ato do Presidente nº 013/2015, com sede do Poder Legislativo, Palácio Dezenove de Dezembro, Centro Cívico, Capital do Estado. Constituída em 30 de março de 2015, com prazo inicial de 120 (cento e vinte), sendo composta por 07 membros.

2.2 PROCEDIMENTOS

A Comissão para atingir os propósitos da investigação e fiscalização instituiu duas medidas. A primeira, alimentar e catalogar o Banco Geral de Dados da CPI e a segunda, solicitar apoio profissional de um grupo multidisciplinar também afetados pela investigação dessa Comissão. A composição foi constituída por 10 servidores indicados pela Presidência da CPI:

- a. Um Coordenador Geral da Secretaria da CPI
- b. Um Coordenador Delegado da Polícia Federal ou Civil;
- c. Um Jurídico da CPI;
- d. Um Escrivão da Polícia Civil da CPI;
- e. Um Policial Militar para Diligências;
- f. Cinco servidores para analisar documentos: um do PROCON, um Policial Federal, dois Policiais Cíveis e um Militar do Exército Brasileiro;

2.2.1 ROTEIRO DE TRABALHO



Para consecução dos os objetivos da CPI, entre outras providências, este Plano de Trabalho prevê:

- a. Realização de reuniões na Assembleia Legislativa;
- b. Aprovação de requerimentos diversos;
- c. Tomada de depoimentos;
- d. Oitiva de autoridades públicas e de especialistas;
- e. Requisição de documentos;
- f. Realização de diligências.

2.3 DA COMPOSIÇÃO

Em 30 de março de 2015, na Assembleia Legislativa, Sala de Reuniões do Centro de Operações das CPIs, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Explosão de Caixas Eletrônicos e, na Primeira Reunião Ordinária da CPI encaminharam a deliberação da Composição da CPI, sendo eleito o Deputado Felipe Francischini (SD) para presidir a Comissão, o Deputado Guto Silva (PSC) como Relator e como membros efetivos os parlamentares: Rasca Rodrigues (PV), Professor Lemos (PT), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Artagão Júnior (PMDB) e Francisco Bühner (PSDB).

2.4 DO FUNCIONAMENTO

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 7 (sete) reuniões ordinárias.



3. DO PRAZO

A Comissão iniciou seus trabalhos em 30 de março de 2015 e encerrou seu prazo regimental de 120 (cento e vinte) dias em 06 de outubro de 2015. O requerimento de dilação de prazo para a finalização dos trabalhos foi apresentado em plenário pelo Presidente. Após a prorrogação de 60 (sessenta) dias a CPI encerrou suas atividades no dia 06 de outubro de 2015.

4. RESUMOS DAS REUNIÕES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE MAIO DE 2015

Em 30 de março de 2015, na Assembleia Legislativa, Sala de Reuniões do Centro de Operações das CPIs, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Explosão de Caixas Eletrônicos e, na Primeira Reunião Ordinária da CPI encaminharam a deliberação da Composição da CPI, sendo eleito o Deputado Felipe Francischini (SD) para presidir a Comissão, o Deputado Guto Silva (PSC) como Relator e como membros efetivos os parlamentares: Rasca Rodrigues (PV), Professor Lemos (PT), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Artagão Júnior (PMDB) e Francisco Bühner (PSDB).

2ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 22 DE ABRIL DE 2015

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária da Comissão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. Com o objetivo de aprovar ofício com o do pedido de colaboração do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, Fernando Francischini, bem como PROCON-PR para prestar informações à CPI, acerca do tema.

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE MAIO DE 2015**

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu o diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, o delegado da Polícia Civil Fábio Amaro. O delegado apresentou dados estatísticos das ações tomadas pelo departamento para combater os ataques aos caixas em todo o Estado.

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 06 DE JUNHO DE 2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. Reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar ofícios com os pedidos de convocações do Exército Brasileiro e da FEBRABAN para que prestem informações à CPI, acerca do tema.

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE AGOSTO DE 2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI dos Caixas Eletrônicos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



recebeu a diretora do PROCON-PR, Claudia Francisca Silvano para contextualizar o ponto de vista do consumidor nessa investigação.

**6ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 23 DE SETEMBRO DE
2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu dois representantes da FEBRABAN, o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos e o Gerente de Segurança do HSBC, Lorian Angelo Baroni Júnior para esclarecer o que as instituições bancárias estão fazendo para evitar os assaltos e roubos aos caixas eletrônicos, os valores investidos pelas instituições financeiras em prevenção e segurança e até as ações para proteger o público que utiliza o serviço.

**7ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 06 DE OUTUBRO DE 2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI recebeu o comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luis Antônio Duizit Brito, para verificar a atuação do Exército na fiscalização, manuseio, exportação, importação, armazenamento de produtos explosivos.



5. RELATÓRIOS DA CPI

5.1 DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 25 de maio de 2015, o diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, o delegado da Polícia Civil Fábio Amaro. O delegado apresentou dados estatísticos das ações tomadas pelo departamento para combater os ataques aos caixas em todo o Estado. Na apresentação aos deputados, falou sobre a necessidade de dispositivos para coibir a ação dos criminosos e também a criação de uma vara especial para julgar o crime organizado.



5.1.1 Depoimento do Delegado Fábio Amaro



O delegado da Polícia Civil Fábio Amaro prestou esclarecimentos a respeito de tudo o que está sendo realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná sobre as explosões aos caixas eletrônicos. O delegado atualmente é o Diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP). O DIEP é uma unidade programática da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP).

Na explanação, explicou que anteriormente as explosões com emulsão explosiva, havia outra prática, o maçarico. Comentou que os criminosos entravam nas agências bancárias e cortavam com um maçarico a parte onde ficava guarnecida a quantia em espécie - dinheiro do caixa eletrônico. Para esconder a ação, colocavam lonas pretas nas entradas, para que ninguém visualizasse o clarão dos maçaricos. No final, retiravam dinheiro e saíam da agência bancária. Levavam entre 25 a 30 minutos. Mas, a nova prática de emulsão trouxe celeridade à ação dos marginais, disse Flávio.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária
Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico

Quantitativo de Explosões em Caixas Eletrônicas e Variação Percentual Mês a Mês - 1º Jan a 11 Maio de 2015 - Paraná.

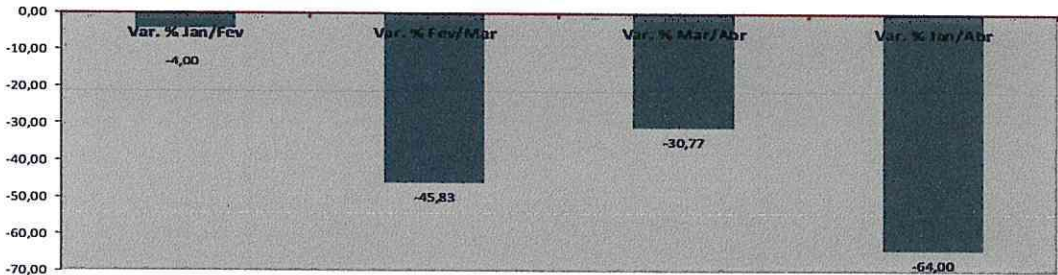
Natureza	Jan	Fev	Var. % Jan/Fev	Fev	Mar	Var. % Fev/Mar	Mar	Abr	Var. % Mar/Abr	Maio ¹	Var. % Jan/Abr
Explosões Caixas Eletrônicas	25	24	-4,00	24	13	-45,83	13	9	-30,77	8	-64,00

Fonte: Agência de Inteligência da Polícia Civil.

Nota: Ocorrências envolvendo diversas naturezas cujos meios empregados são: explosivos, dinamite, maçarico, granada e outros meios de rompimento de barreiras em caixas eletrônicos.

(¹) - Até 11 maio 2015.

Explosões em Caixas Eletrônicas: Comparativo da Variação % - 1º Jan a 11 Maio 2015 - Paraná



Fonte: Agência de Inteligência da Polícia Civil.

Nota: Ocorrências envolvendo diversas naturezas cujos meios empregados são: explosivos, dinamite, maçarico, granada e outros meios de rompimento de barreiras

(¹) - Até 11 maio 2015.



O Departamento de Inteligência observou que as ações de explosões são realizadas por pessoas esclarecidas e que existem várias oportunidades e brechas para os criminosos, como por exemplo, desvio de produtos explosivos de pedreiras e assaltos a cargas de explosivos. Para o delegado, “o criminoso fica 24 horas arquitetando como vai fazer determinada prática, analisando a oportunidade e a conveniência, além de, receber informações dentro de instituições bancárias. A maioria dos assaltos que ocorrem na saída de banco não ocorre a esmo. Mas sim, porque alguém dentro da agência bancária envolvido na criminalidade passa informação privilegiada”, esclarece.

Relata ainda que, atualmente, para se explodir um caixa eletrônico, com emulsão explosiva, demandam no máximo cinco minutos, ou seja, diminuiu-se o período que o criminoso levava para maçaricar. A prática dessa ação se iniciou no segundo semestre de 2014 e um dos fatores é a facilidade e fragilidade da segurança nas agências bancárias, elucida o delegado.

Ao analisar a questão dos caixas eletrônicos, Flávio explica “em 2014 foram destruídos 48 caixas eletrônicos do Banco do Brasil, mas em 2015 diminuiu devido a algumas agências colocaram dispositivos de segurança. Dispositivos que devem ser colocados em todas as agências bancárias, mas isso não ocorre.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



BANCO DO BRASIL

Disin/Geinf/Dines - 2015/0269
Brasília (DF), 03 de Agosto de 2015

Recebido
15/08/2015
Gbb. Dep. Felipe Francischini

#Confidencial

Ao Exmo. Deputado Estadual Felipe Francischini

OFÍCIO Nº 21/2015 - Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - de 16 de junho de 2015 - Em resposta ao ofício em epígrafe, referente a solicitação de relatórios, estudos, levantamentos e perícias sobre os procedimentos que o Banco do Brasil vem adotando para combater e prevenir as explosões aos caixas eletrônicos no estado do Paraná, informamos que o Banco adota uma série de medidas, entre as quais pode-se destacar:

- I) Adequação/Redução do Horário de Funcionamento das Salas de Autoatendimento (SAA) em 201 agências do estado do Paraná (relação constante no **Anexo01**).
- II) Gestão de Numerário dos TAA (Terminais de Autoatendimento) - Estabelecimento de limites de saldo (Limites de Pernoite) que podem permanecer nos TAA no período noturno.
- III) Contratação de *retrofit*¹ dos TAA remanescentes com a instalação de dispositivo de entintamento. Está previsto a instalação de sistemas de entintamento de cédulas em mais 340 TAA localizados em 165 SAA (Sala de Autoatendimento) de agências do estado do Paraná. O processo encontra-se em fase de contratação pelo Banco, por meio processo licitatório, com conclusão de toda a instalação prevista para até o final de Dez/2015 (relação constante no **Anexo02**).
- IV) Novos TAA - Aquisição de novos TAA com dispositivos de segurança para fazer frente aos ataques, entre os quais o entintamento de cédulas e cofres reforçados com material de alta dureza. Até final de Junho/2015, havia 308 TAA novos com sistema de entintamento de cédulas, instalados em 165 dependências do estado (relação constante no **Anexo03**).
- V) Monitoramento de todos os TAA (monitoramento dos sensores dos terminais). Nas SAA das agências existe ainda monitoramento de alarme e CFTV.
- VI) Em casos de sinistro, as ocorrências são tempestivamente informadas às autoridades policiais.

¹ Retrofit - atualização dos terminais existentes, para a tecnologia de entintamento de cédulas.

Mod. 0.02 007-4 - 01/08 99176
Novembro/2014 - Graf Rio

Assinaturas e carimbos no rodapé.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

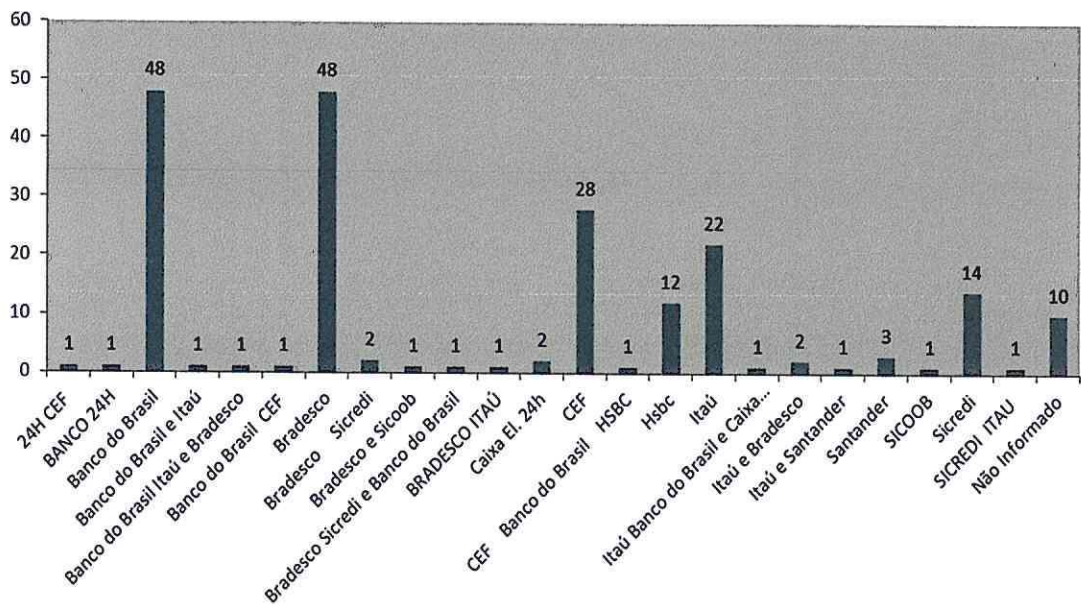


Comenta ainda que “O Bradesco, por exemplo, teve 28 ataques no ano de 2015. O motivo se deve ao fato do banco não utilizar equipamentos de segurança adequados para evitar explosões, ou seja, tinta vermelha que mancha o dinheiro. Sendo assim, quando ocorre a explosão, danifica-se o conteúdo da caixa blindada, e essa tinta cai no dinheiro, não sendo possível sua distribuição. O Itaú possui esse tipo de equipamento, a própria Caixa Econômica Federal, em algumas agências, possui, mas não em sua grande maioria. O Banco 24 horas possui também, mas o Santander não possui.”.

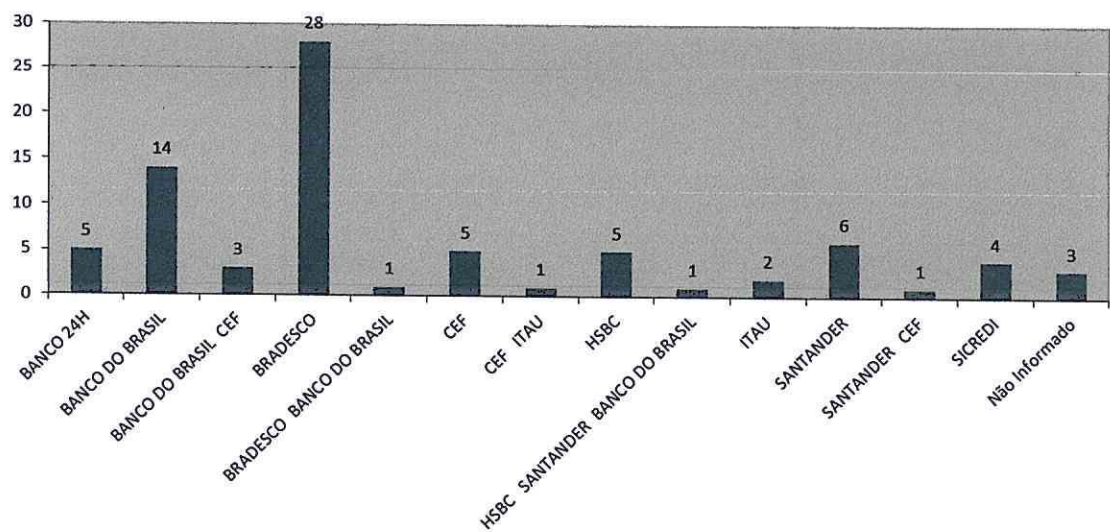
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Explosões em Caixas Eletronicas Segundo a Instituição - Paraná - 2014



Explosões em Caixas Eletronicas Segundo a Instituição - Paraná - 1º Jan a 11 Maio 15

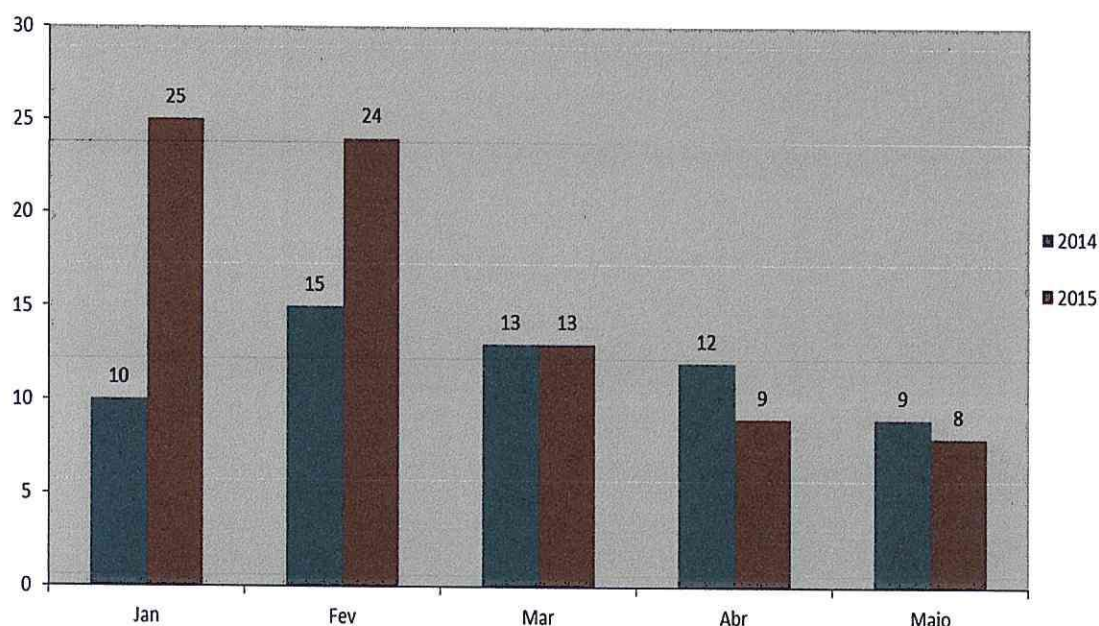


Segundo o delegado, no mês de janeiro deste ano ocorreram 25 explosões à caixas eletrônicas e no mês de fevereiro foram 24 explosões. Em



paralelo a esse fato, houve a criação da força-tarefa (braço operacional do Departamento de Inteligência, uma força conjunta de policiais civis e militares que estariam exercendo foco diretamente a esse tipo de criminalidade) que acabou congregando as forças de segurança pública num motivo comum, combater esse tipo de delinquência. “O resultado obtido foi a diminuição, no mês de fevereiro, de 24 ocorrências para 13 em março, ou seja, uma diminuição de 45% em relação ao mês anterior. Já de março à abril, foram de 13 explosões para 9 explosões, ou seja, ocorreu diminuição de 30%. Essa diminuição se deve também ao fato de prisões ocorridas com a contribuição das duas forças de segurança, a Polícia Civil e a Polícia Militar, que tirou de circulação mais de doze indivíduos que executavam esse tipo de prática”, comenta.

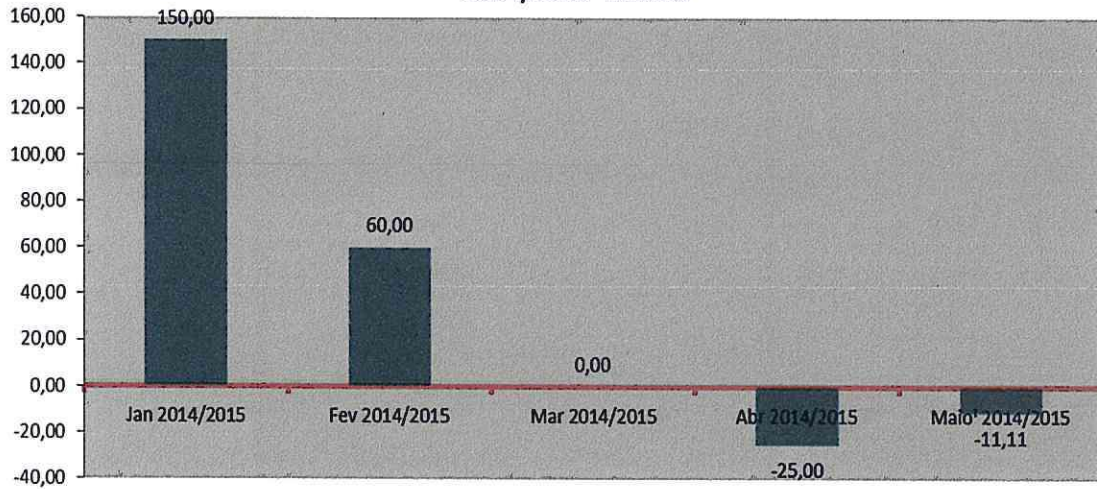
Explosões em Caixas Eletrônicas - Comparativo 1º Jan a 11 Maio - 2014/2015 - Paraná



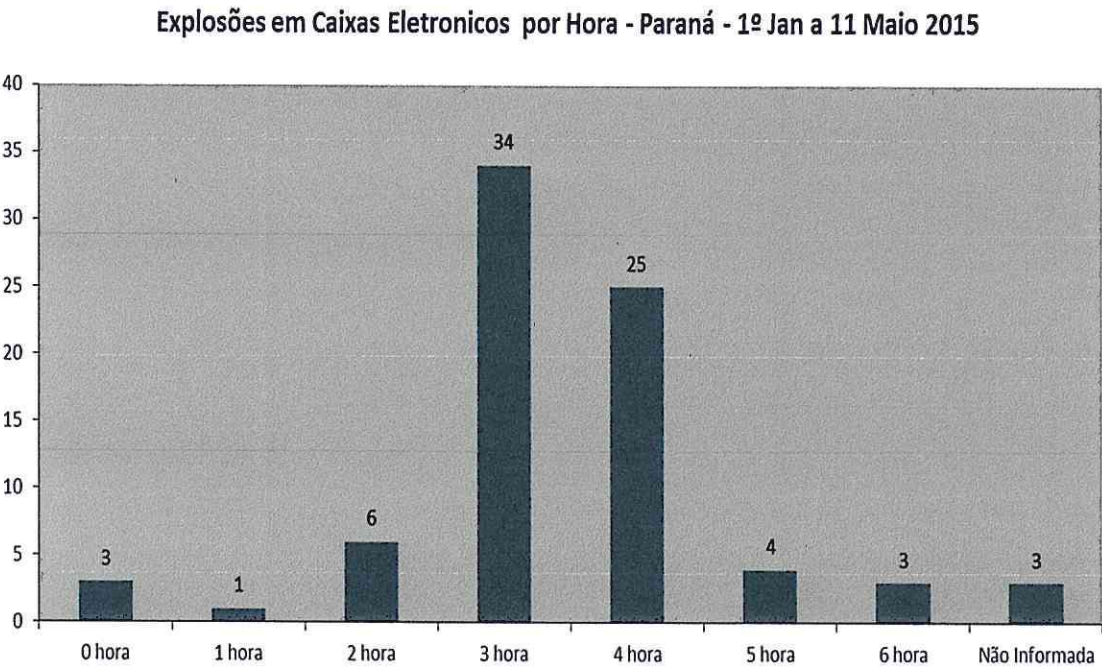
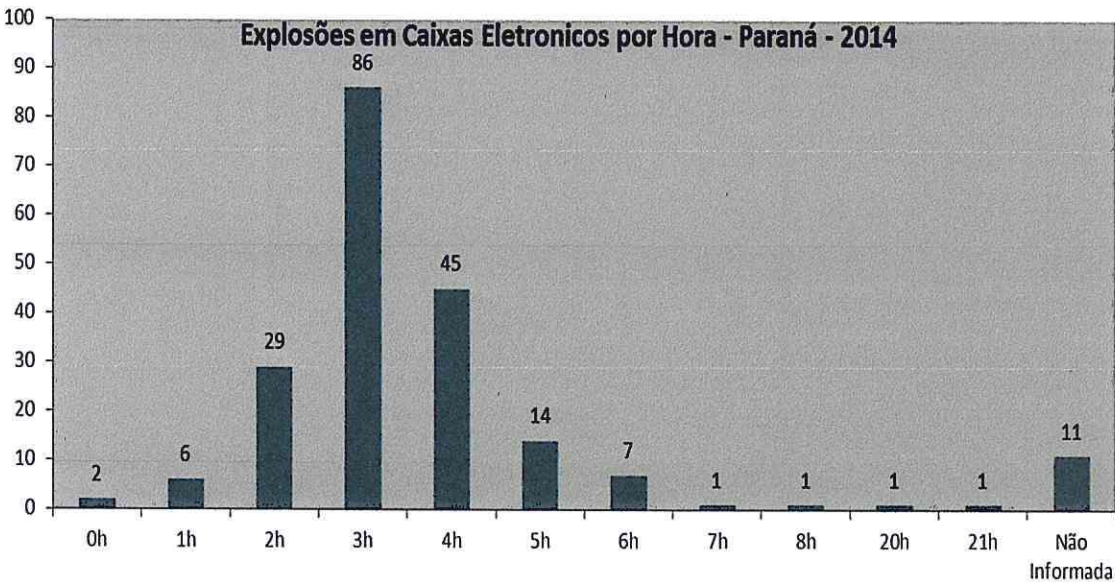
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



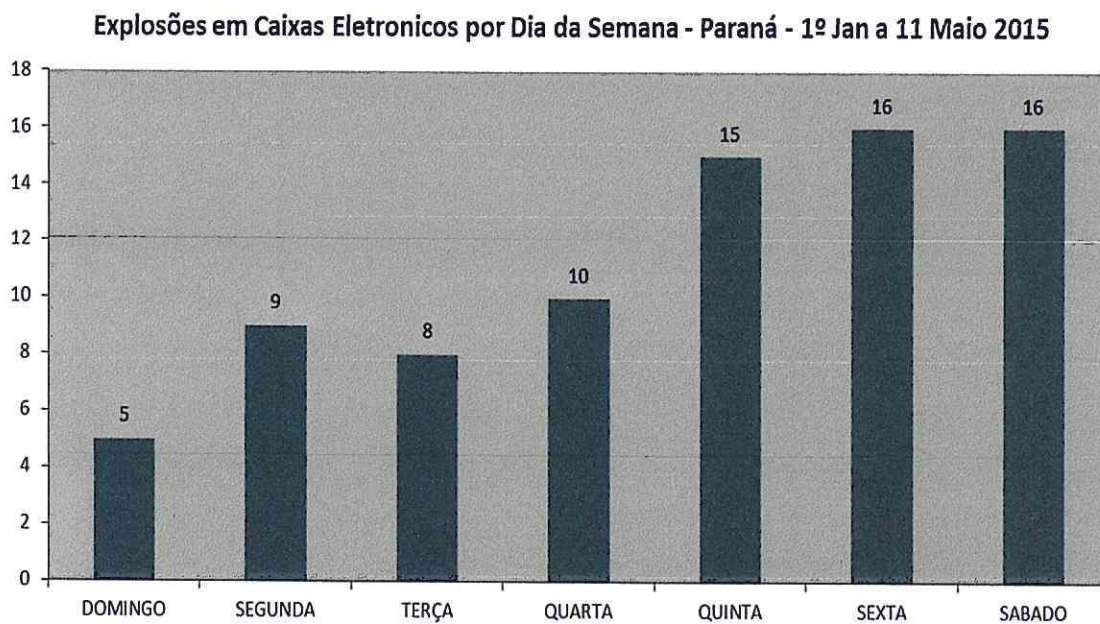
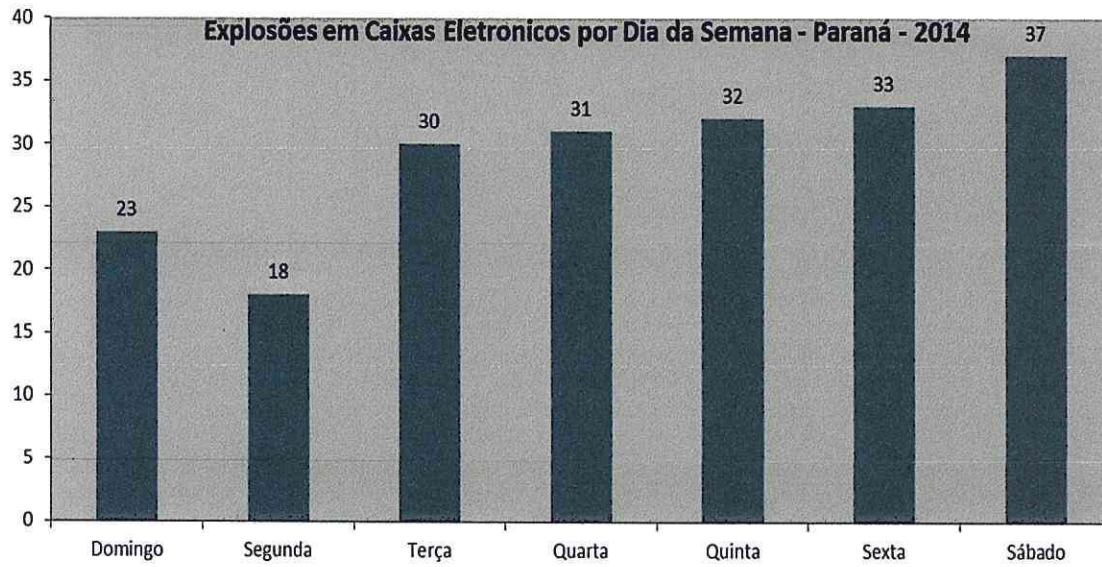
Explosões em Caixas Eletrônicas: Comparativo Mensal da Variação %, 1º Jan a 11 Maio
- 2014/2015 - Paraná



Estatisticamente, existem duas datas em que os marginais mais atuam, na sexta e no sábado; e um horário específico, das 03 horas às 04 horas da manhã. As 34 explosões neste ano de 2015 foram às 03 horas da manhã e as 25 explosões foram às 04 horas, relata Fábio. Para controlar e inibir essas ações, a SESP aumentou o efetivo policial nesses horários.

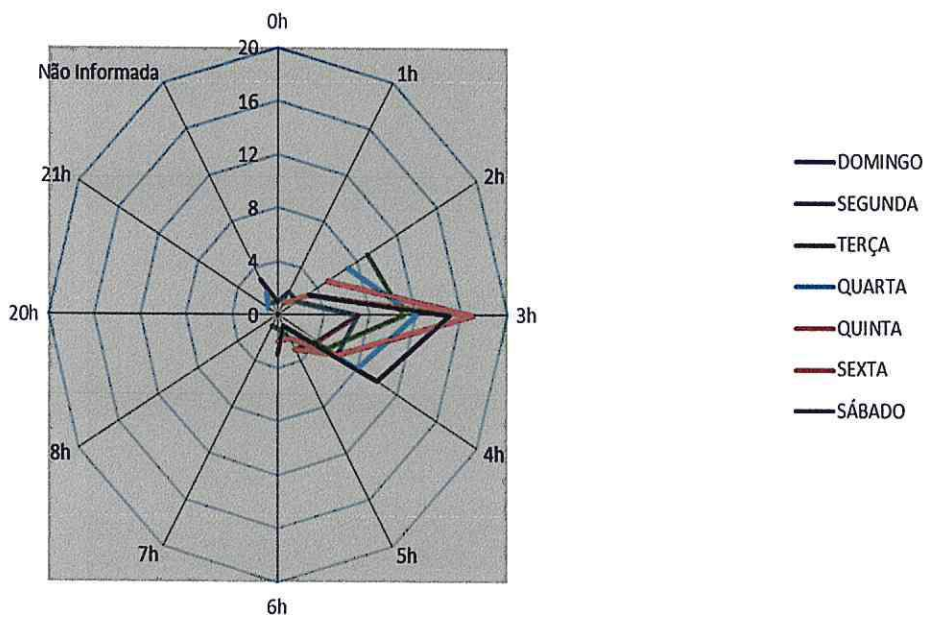


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

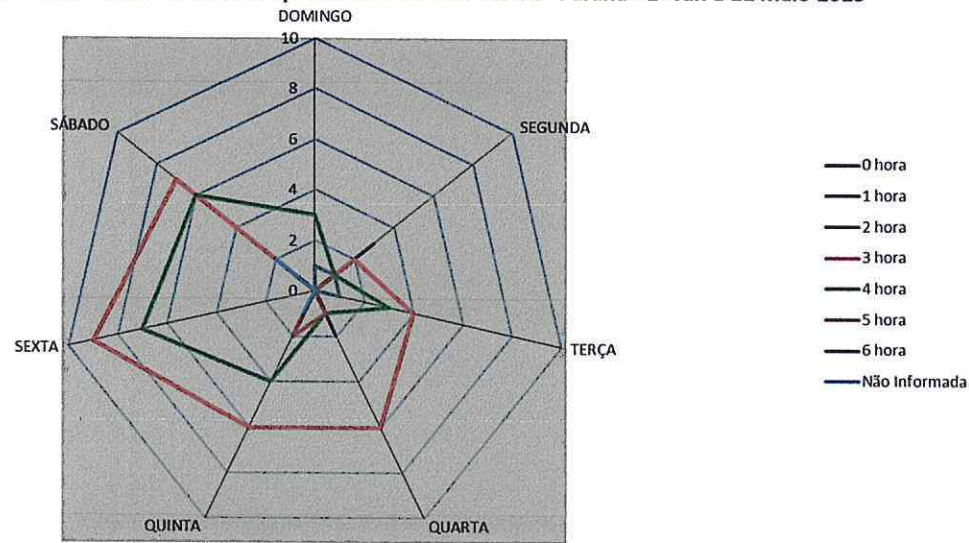




Explosões em Caixas Eletrônicas por Hora e Dia da Semana - Paraná - 2014



Explosões em Caixas Eletrônicas por Dia da Semana e Hora - Paraná - 1º Jan a 11 Maio 2015



O delegado descreve duas situações pontuais de atuação com resultados relevantes. A primeira na região de Matinhos, onde oito indivíduos



foram presos em uma residência que estava sendo monitorada pelos setores de inteligência da Polícia Civil e da Polícia Militar. Oito indivíduos foram pegos com cinco fuzis, dentre eles três AK-47, calibre 776. Calibre que nem a Polícia Militar e nem a Polícia Civil possuem. A segunda ocorreu no Município de Almirante Tamandaré, onde os criminosos já tinham adquirido um trípex com o dinheiro ganho nas explosões à caixas eletrônicos. “As investigações indicaram que esses indivíduos presos em Tamandaré praticaram pelo menos dez explosões à caixas eletrônicos, nove delas no Estado do Paraná e uma no Estado de Santa Catarina. Nesta prisão, foram apreendidos: uma sub-metralhadora, um fuzil, três pistolas, quatrocentos quilos de explosivos”, afirma.

Recentemente, foram apreendidos algumas emulsões explosivas e cordéis detonantes que se destinavam à venda. Através de levantamentos foi verificado que esse material tem custo de produção máximo de R\$45 - cordão, explosivo e emulsão explosiva. O criminoso terceiriza o material, vende por R\$3 mil reais o pacote (emulsão e cordel explosivo). “Percebeu-se que é muito mais rentável à venda de emulsão explosiva do que o próprio tráfico de drogas”, comenta Flávio.

Ao finalizar, o delegado sugere que para melhorar o resultado seria necessário estreitar o laço com o Tribunal de Justiça ao fazer uma Vara especializada em crime organizado. Ressalta que hoje não existe nem uma tipificação penal a esse respeito. E que o ato é tratado como se fosse um furto qualificado - pessoas com explosivo são iguais a pessoas com fuzis à mão, ou explosão à caixa eletrônico se iguala a um furto mediante arrombamento. Pena de dois a oito anos. E conclui ao sugerindo que as instituições bancárias utilizem mais equipamentos de segurança para os caixas eletrônicos.



5.2 PROCON DO ESTADO DO PARANÁ

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 25 de agosto de 2015, a diretora do PROCON-PR, Claudia Francisca Silvano para contextualizar o ponto de vista do consumidor nessa investigação. Na conversa, a diretora comentou sobre a carência de segurança, os riscos que o consumidor pode sofrer ao utilizar os serviços nas agências bancárias em horários críticos, a falta de números quantitativos de agências bancárias e a falta de costume de não efetuar reclamações sobre os serviços de caixas eletrônicos.



5.2.1 Depoimento da Diretora Cláudia Francisca Silva

A diretora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor (PROCON-PR), Cláudia Francisca Silvano comentou, com os



deputados, que no começo do ano o PROCON intermediou uma reunião entre a FEBRABAN e a Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de buscar um equilíbrio entre as ações da segurança pública e da segurança privada no combate aos ataques às caixas eletrônicas, que se intensificaram tanto na capital paranaense quanto no interior. Nesse evento, foi acordado que os bancos deveriam apresentar um relatório e fazer uma campanha educativa a respeito da diminuição de dinheiro e de caixas automáticos, no entanto, essa documentação não foi apresentada até o presente momento, o que se torna uma burla à lei. A proposta do PROCON inclui também orientar o consumidor ao utilizar os serviços bancários nos horários menos perigosos e sobre as estratégias capazes de assegurar o adequado e mais seguro atendimento dos clientes nas instalações de autoatendimento, explica Cláudia.

Para a diretora, a maior preocupação das explosões é com os consumidores, principalmente com os do interior, pois há poucos caixas eletrônicos e se eles fossem retirados, por uma questão de segurança ou explosão, o consumidor vai ficar simplesmente desassistido e não vai poder usar os serviços bancários, comenta. Ressalta ainda que não existe legislação e nem fiscalização sobre os caixas eletrônicos.

O problema pode ainda se intensificar devido ao fato do consumidor, tanto da capital quanto do interior, muitas vezes, não reclamar, conseqüentemente, "não haverá número de reclamações para se ter qualquer tipo de atuação pelo PROCON", fato que já acontece, explica Cláudia.

Segundo a diretora, "o Código do Consumidor (8.078/90) determina que, por exemplo, uma instituição bancária, ou qualquer outro fornecedor, que tenha uma atividade de risco, assegure ao seu cliente segurança. Legalmente, ao entrar em um banco ninguém pode sofrer nenhum tipo de lesão à segurança, à integridade física e se houver, o banco responde perante esse consumidor". O Código estabelece ainda no art. 56 várias sanções. Uma delas é a multa que varia de quatrocentos reais à seis milhões de reais, e até o fechamento da



agência bancária. Como o banco é um dos maiores ofensores nas reclamações do consumidor, “o PROCON oferece um atendimento preliminar, chamada SIP, que objetiva um assessoramento rápido para o consumidor e uma solução efetiva, com resolutividade de 80% das reclamações”, esclarece. Mas essas soluções se referem aos atendimentos, serviços prestados e nas renegociações de dívidas.

Ao finalizar, a diretora sugere que leis sejam criadas para fiscalizar a atuação dos bancos, seja nos serviços de autoatendimento em horários não comerciais, na quantidade de dinheiro disponíveis nos caixas, no quantitativo de caixas eletrônicos e nos lugares instalados, na prestação de segurança ao consumidor ao utilizar os caixas eletrônicos e até na divulgação de campanhas educativas ao consumidor.

5.3 FEBRABAN

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 23 de setembro de 2015, dois representantes da FEBRABAN, o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos e o Gerente de Segurança do HSBC, Lorian Angelo Baroni Júnior para esclarecer o que as instituições bancárias estão fazendo para evitar os assaltos e roubos aos caixas eletrônicos, os valores investidos pelas instituições financeiras em prevenção e segurança e até as ações para proteger o público que utiliza o serviço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



5.3.1 Depoimento do Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos

A FEBRABAN tem realizado um trabalho intenso em relação à busca de mitigação de atividades criminosas no Brasil, afirma Carlos Campos, Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN. Segundo Campos, na visão geral do Brasil, o Paraná não tinha um bom índice (segundo colocado em atividades de ataques), mas o índice melhorou - caiu mais de 27%, através da gestão de segurança pública do Dr. Fernando Francischini e, na continuidade, com atual Secretário, Dr. Mesquita.

Em relação às ações de segurança, “foram realizados investimento bancário em cima de processo de tecnologia na mitigação de ataques. No ano de 2003 era um bilhão de reais em investimento, dez anos depois, passou para nove bilhões de reais”, afirma Campos. Os investimentos realizados foram para



os caixas eletrônicos, como por exemplo, reforço no estreitamento do bocal de saída do dinheiro. "O Brasil detém a melhor e a mais robusta tecnologia, em relação à produção de caixas eletrônicos. Não existe nada comparado ao caixa eletrônico do Brasil.", declara o assessor, no entanto, explica que os bancos têm investido em segurança e tecnologia, mas as ações não são totalmente eficientes e muitas das tecnologias do exterior não funcionam no Brasil. "Estamos buscando nos Estados Unidos, Israel, Itália, Alemanha, França, Japão, mas ainda não atingiu um ponto da tecnologia para atender as nossas necessidades. A melhor delas chama-se inteligência policial. Por isso, acredito piamente na atividade da Secretaria de Segurança Pública para combater eficazmente, porque esses equipamentos realmente vão tardar, vão atrapalhar a atividade criminosa, mas nós não queremos só isso" explica Campos.

Analisa ainda a questão dos CFTVs - câmaras de monitoramento, e exemplifica o assunto com base na investigação de eventos criminosos em São Paulo. Segundo o assessor, "São Paulo caminha num processo um pouco mais adiantado devido a iniciativa do governo em instalar o "Projeto Detecta", que seria a integração das câmaras privadas junto ao sistema do centro de comando de controle do estado. Ora, se você tem uma câmara privativa, independente de ser banco ou não, eles teriam que ser disponibilizadas dentro do sistema, já utilizado pelo estado. Realmente criar, junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado, um grupo de trabalho que venha a melhorar essa integração entre bancos, secretaria e sociedade."

Sobre os alarmes de segurança, Campos comenta que existe um plano piloto de utilização desses aparelhos, como canhões de som, que são utilizados pelo governo americano, mas a instalação encontra barreira na restrição de decibéis - não podem passar de 127 decibéis o som. Um erro no volume de decibéis pode estourar a audição das pessoas, seja dos assaltantes e das vítimas, o que preocupa os bancos.



Outra tecnologia que pode ser utilizada são as névoas de fumaça, mas em situações pontuações, conforme relata o assessor “Os criminosos fazem dois eventos, um evento seria “boi de piranha”, um evento X em tal lugar para fazer com que a equipe de pronta resposta fosse ao local, enquanto eles vão, realmente, perpetrar um crime maior em outro lugar”. Um fato relevante é que os assaltantes têm levado ventiladores para que haja uma dissipação da fumaça com mais rapidez. Sendo assim, esse equipamento acaba se tornando ineficaz, afirma.

Ele ressalta que cada agência bancária requer uma análise para utilizar o melhor e mais eficaz equipamento. A blindagem, por exemplo, é frequentemente rejeitada. “A blindagem, ao contrário do que as pessoas pensam, trabalha ao contrário. Ao desligar a energia de um prédio de uma agência bancária, na verdade não está liberando as portas, mas sim travando as portas. Imagina colocar uma blindagem e acontece um corte de energia com incêndio na agência bancária. Você vai transformar o local numa panela de pressão e as pessoas vão morrer lá dentro.”, exemplifica Campos. O mesmo aconteceria para grades externas ou internas, que poderia resultar em uma tragédia, com a da blindagem, analisa.

Outra questão citada é a utilização de vigilantes armados, para Campos, quando as quadrilhas realizam o assalto rendem o vigilante, roubam a arma e o colete balístico.

Para analisar esses assuntos, existe também a Comissão Executiva de Segurança Bancária que realiza reuniões mensais acerca de verificar a problemática do evento criminal em relação a assalto a banco e a explosões de ATMs, de caixas eletrônicos.

Ao ser perguntado sobre as câmeras integradas, Campos responde que existe 173 mil pontos de ATMs no Brasil, mas nenhum dispositivo ainda conseguiu aprovação do Banco Central. Sobre o dispositivo de tinta para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



manchar o dinheiro, responde que embora seja utilizada, nem sempre resulta em situações positivas e em tornar ineficaz a utilização desse dinheiro.

Perguntado sobre o sistema de segurança das caixas lotéricas, Campos explica “a questão das casas lotéricas é uma questão específica da Caixa Econômica Federal, se não estou enganado e não tiver outra instituição bancária que faz isso. Então, é uma questão pura e simplesmente para eu tratar junto com Direção da Executiva de Segurança Bancária com a Caixa Econômica Federal. Dia 14 de outubro é a nossa reunião Executiva onde vêm os representantes de todos os bancos. Nós temos lá uma representação de 16 bancos que, efetivamente, têm seus diretores como participantes. Então vou verificar a questão da lotérica em si, se virou posto de atendimento para de pequenas contas”.

Para os deputados, a lotérica tem papel fundamental na sociedade, pagamento principalmente, porque em alguns municípios pequenos, que não têm bancos, a lotérica é o único local para receber o pagamento e pagar as contas.

Questionado sobre o seguro dos bancos em relação ao roubo do dinheiro, Campos declara que não existe seguro contra assalto à banco, ou ATMs, resulta em fundo perdido do banco. O seguro se restringe a estrutura física da agência bancária.

Sobre a diminuição da quantidade de dinheiro nos caixas eletrônicos, Campos explica que foi reduzido os valores colocados dentro dos caixas, principalmente para a ação ser menos atrativa. “Existe um chip no sistema, existe um controle, é remediado logo a seguir. Se vê que acaba e gente tentando tirar dinheiro e não tem mais, eles vão ajustar novamente para atender o público”, afirma.

Ao ser indagado sobre a identificação do numerário do dinheiro das notas roubadas, elucida que quando as notas saem do Banco Central existe um controle da numeração, mas depois os bancos não sabem da distribuição do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



dinheiro. E desconhece qualquer técnica, dispositivo ou sistema de inteligência para rastrear as notas e registrá-las ao sair do caixa eletrônico.

Devido aos inúmeros questionamentos dos deputados, Campos ficou à disposição para responder um questionário específicos formulado pela CPI.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



REUNIÃO DA CPI 23/09 – FEBRABAN

PERGUNTAS:

- A FEBRABAN POSSUI QUANTOS BANCOS AFILIADOS? E QUANTO ISSO REPRESENTA EM UM CENÁRIO TOTAL NO PAÍS? PORCENTAGEM?
- DESTE TOTAL A FEBRABAN POSSUI UM LEVANTAMENTO DE QUANTOS ROUBOS COM EXPLOSIVOS FORAM FEITOS? NO BRASIL E NO PARANÁ?
- QUAL A EXPECTATIVA DO MONTANTE ROUBADO NA SOMA DESTES ASSALTOS?
- HOVE MORTES DE AGENTES BANCÁRIOS?
- HOVE ALGUMA DEMISSÃO OU DENUNCIA DE ALGUM EMPREGADO ENVOLVIDO NOS CRIMES?
- HÁ ALGUMA ESPÉCIE DE SEGURO PARA AS AGENCIAS?
- NESTE SEGURO HÁ PREVISÃO DE RESSARCIMENTO DO MONTANTE ROUBADO OU APENAS DOS DANOS SOFRIDOS NA PARTE FÍSICA?
- QUE MECANISMOS DE SEGURANÇA OS BANCOS TEM IMPLANTADO ? TINTAS, FUMAÇA GUILHOTINA, BLINDAGEM REFORÇADA NAS GAVETAS?
- A FEBRABAN TEM ORIENTADO DE FORMA SISTEMICA E UNIFORME AOS SEUS ASSOCIADOS NA QUESTÃO DE PREVENÇÃO DESTE TIPO DE CRIME? DE QUE FORMA?
- A FEBRABAN TEM LEVANTAMENTO DE AGENCIAS QUE SOFRERAM EXPLOSÕES E POSSUEM OS MECANISMOS DE INIBIÇÃO E OU DANIFICAÇÃO DAS NOTAS? FEZ ALGUM COMPARATIVO COM AS QUE NÃO POSSUEM ESTES MECANISMOS?
- AS AGENCIAS FIZERAM ALGUM TIPO DE RESTRIÇÃO DE HORARIO OU DE QUANTIAS EM HORÁRIOS ESPECIFICOS?
- EM FEVEREIRO DO CORRENTE ANO HOVE UMA REUNIÃO NA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ E SEGUNDO NOS FOI INFORMADO HOVE UM COMPROMISSO JUNTO COM O A SECRETARIA E COM O PROCON, DOS BANCOS E FEBRABAN FORNCEREM DADOS SOBRE OS PROCEDIMENTOS E DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE MONITORAMENTO PARA INTEGRALIZAR COM O CENTRO DE INTELIGENCIA DA SECRETARIA. HOVE ALGUM CUMPRIMENTO DESTE PRAZO COM ALGUM DESTES ITENS ACORDADOS? E POR QUE?
- HÁ ALGUMA PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DIGITAIS DE TRANSAÇÃO DE MOEDAS, TIPO ACEITE DE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS PELA APROXIMAÇÃO DO CELULAR COM NFC - Near Field Communication OU comunicação por proximidade?
- CONSTATAÇÃO: NA ULTIMA SEMANA HOVE MAIS UMA PRISÃO DE UMA QUADRILHA DE ASSALTANTES DE CAIXAS ELETRONICOS, SEGUNDO FOI LEVANTAMENTO DA SESP – DESDE ENTÃO NÃO HOVE MAIS CRIMES ATÉ O PRESENTE MOMENTO



Ao finalizar, o assessor sugere que leis especiais para crimes cometidos com a utilização de explosivos sejam aprovadas, contribuindo também para diminuir a onda de explosões à caixas eletrônicos.

5.3.2 Depoimento do Representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior

O segundo depoimento foi realizado pelo representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior, que confirmou as informações dadas por Campos. E ratificou que não existe nenhum dispositivo de segurança totalmente eficaz. Segundo Baroni, “O sistema de segurança é composto por vários periféricos, que se complementam. Quanto mais robusto é o nosso sistema de segurança, mais agressivo e mais violento o criminoso tende a agir. O modo de reduzir os índices de criminalidade, não está necessariamente atrelado à quantidade de equipamentos existentes”. E completa que o caixa-automático no Brasil é um dos mais reforçados do mundo.

Comenta que os investimentos são realizados há mais de 15 anos e giravam em três bilhões de reais. Hoje anualmente chega à nove bilhões de reais. Valor calculado em dispositivos de segurança e pagamentos de vigilantes. Baroni destaca que “Hoje não existe nenhum banco que tenha apenas o mínimo de requisitos exigidos pela lei, todos excedem em muito os dispositivos que são exigidos pela Legislação atual.” E finaliza afirmando que todos esses investimentos tem o objetivo de tentar reduzir a criminalidade.

5.4 EXÉRCITO BRASILEIRO

A CPI recebeu no dia 06 de outubro de 2015, o comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luis Antônio Duizit Brito, para verificar a atuação do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Exército na fiscalização, manuseio, exportação, importação, armazenamento de produtos explosivos.





5.4.1 Depoimento do Comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luís Antônio Duizit Brito

Uma das vertentes na função do Exército é a fiscalização de produtos controlados. Na região do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina a 5ª Região Militar coordena esse trabalho. Com atuação nos 296 mil quilômetros quadrados dessas regiões que possuem 18 milhões habitantes.

Acompanhado de outros militares, o General de Brigada Luís Antônio Duizit Brito apresentou os responsáveis pela fiscalização de produtos controlados. O Ten-Cel. Aguiar, oficial da arma de infantaria, que cuida da gestão de fiscalização; o engenheiro químico, Capitão Alsu; o Subtenente Luiz, especialista em legislação; o assessor jurídico, Tenente Holleben; o Cel. Fischer que trabalha na área de inteligência, especificamente na coordenação com os órgãos - Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar,



Secretaria de Segurança Pública, Receita Federal e Receita Estadual; e o Major Giovani, que trabalha no planejamento das grandes operações. Operações que se baseiam em mapas estratégicos, aprovados pelo Comando Sul, alinhados com o mapa estratégico do Exército, regulamentado pela Constituição Federal, e dentro das metas de fiscalização de produtos controlados. Produtos definidos pelo General como “aqueles cujo poder de destruição ou outra propriedade pode causar danos às pessoas, destruir pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas.”

O serviço de fiscalização de produtos controlados, segundo o general, é coordenado por Brasília, que repassa e troca informações sobre problemas que ocorrem, principalmente, em São Paulo e em Mato Grosso, mas, se estendem pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

A atividade de fiscalização se iniciou em 1924 com o Presidente Getúlio Vargas ao incluir normas na Constituição de 1934, pois se detectou a necessidade de existir um órgão do Poder Executivo Federal que controlasse, inicialmente, armamentos - produção, compra, importação, fabricação.

A 5ª Região Militar coordena vinte quatro agências/postos de fiscalização do Exército. Os resultados dessas ações são repassados a inúmeros órgãos - à Câmara dos Deputados, ao Congresso, a Comissão de Constituição de Justiça, com base no Regulamento 105 dos produtos controlados. E posteriormente podem ser divulgados. “Na sexta passada fizemos uma operação no Oeste catarinense com a Receita Estadual, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, numa empresa que está ilícito, depois de fechado todo o processo, se torna público.”, comenta o General. Os policiais e as autoridades fazendárias são elementos auxiliares na fiscalização dos produtos controlados.

Na ação de fiscalizar às empresas, o General esclarece “as empresas são obrigadas a cumprir todo um processo administrativo para legalizar e para fornecer. Por isso, quando vamos numa empresa e ela está irregular, falta



administrativa, por exemplo, câmara de vigilância está quebrada, há uma advertência, uma multa administrativa. Mas se ela não está cumprindo a Lei ou há uma falha, cassa-se o certificado de registro e ela tem que fechar.”, caso contrário, o Ministério Público é acionado, explica.

Ressalta que o sucesso do trabalho se deve ao elo entre todos os órgãos. Entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Cujas função se volta para a sociedade, “é um serviço que afeta a todos nós, a toda sociedade. Não existe essa possibilidade de achar que afeta um ou outro.”, cometa o General.

O Exército também controla o certificado de registro das empresas sobre os produtos controlados, faz a emissão de autorização para produzir, estocar e distribuir, aplica infração às empresas, mas, caso exista indícios de produtos ilícitos, comunica a Secretaria de Segurança Pública.

Recentemente a 5ª Região Militar, iniciou o trabalho de investigação, “está dando bons resultados e desta forma nós passamos a ter uma nova forma de atuar, ou seja, que são as chamadas operações interagências.”, declara o General.

Na área de transporte, o Exército fiscaliza, mas os órgãos de segurança pública é que atuam, pois tem o poder de polícia nas rodovias – situação de uma operação interagências. O Exército, portanto, não pode parar um caminhão em rodovias e estradas. Não é sua atribuição, exceto na faixa de fronteira que é regulamentada por Lei Federal votada no Congresso, afirma.

Em relação a escolta de explosivos, o General esclarece que há alguns anos, era facultativa, porque não havia roubo à carga. Mas, após incidentes foi necessário determinar às empresas fabricantes e fornecedoras a escolta armada. Nesse período ocorreram questionamentos em relação ao custo da escolta embutido no preço do explosivo.

Ao refletir sobre essa situação, comenta, “Mas quanto custa uma vida humana? Então o cigarro é importante ter escolta, o aparelho Iphone 6, da criança tem que ter escolta. Mas, explosivo não? Quando estourou o caixa



eletrônico do hospital aqui de Campina Grande do Sul quanto prejuízo não causou à sociedade. Então, se o explosivo vai subir de custo, não há problema. Tenho certeza que o cigarro sobe de custo, o eletrônico sobe de custo, o medicamento sobe de custo. Mas a sociedade não pode pagar com seu sacrifício, porque vai aumentar o custo da dinamite e do explosivo. Então, nós organizamos e informamos. E os órgãos de segurança pública já têm atuado nas rodovias, nos trajetos – cobrando, fiscalizando, apreendendo, aplicando multa, para que isso se resolva. ”

Um ponto fraco do sistema é a detonação de pedreiras, assegura o General. O processo e o responsável por realizar as explosões são chamados de Blaster. O profissional deve estar registrado em uma empresa que trabalha com explosão de pedreiras. Sua atividade é bem específica, descreve o General “O Blaster leva 10 quilos de explosivos de manhã, no local, coloca as cargas e explodiu. Se sobrou explosivos, ele tem que registrar. Sobraram três quilos. Aí, ele tem uma guia de transportes de volta. Antes de ir para a operação, ele tira uma autorização com a gente, tudo por sistema, é tudo muito rápido. Eu sei onde está tendo explosões no Paraná e em Santa Catarina. E aí, nós fazemos a fiscalização em rota, normalmente na volta. Porque nós temos que ver se o manifesto de carga está certinho e aí nós já encontramos problemas. Por que não foi lançou no manifesto que está voltando três quilos de dinamite? Isso é uma falta grave. E esses assuntos nós tratamos com a Secretaria de Segurança Pública e com a DEAM- Delegacia de Explosivos, Armamento e Munição. Acontece que, simplesmente o Blaster botou os explosivos e foi para casa almoçar, sei lá o que ele foi fazer. Abandonou o explosivo na pedreira. Material sem guia de tráfego. Como é que o material está trafegando sem guias, sem ter um controle de onde saiu e para onde vai? Então são ilícitos. Apliquei a multa, ele vai lá e paga três mil, eu posso até suspender o CR administrativo. Recolher a dinamite, tudo é apreendido.” Algumas dessas fases recebem também o apoio da GAECO e da Polícia Federal.



Devido a amplitude das operações e da necessidade de compreender a cadeia dos produtos controlados são frequentes os cursos e treinamentos transmitidos pelo Exército para as policiais militares, civis e rodoviários além do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

Os resultados desses trabalhos podem ser verificados, por exemplo, na operação Rastilho. Ela ocorreu em duas fases, a primeira foi entre os dias 23 a 25 de setembro, onde foram apreendidos 4.050 quilos de explosivos. E a segunda, acabou em 2 de outubro. Foram percorridos três mil quilômetros e uma empresa autuada como ilícitos. Em 2013, 20 toneladas de dinamite foram apreendidas. Já esse ano, foram 3.156 armas destruídas e 334 inspeções de pedreira, relata o General.

No ano que vem, o Exército irá instalar no Paraná o Sisfron, sistema de detecção para combater o ilícito nas fronteiras. As obras de engenharia começam em Cascavel e utilizarão a rede da Copel. O Sisfron busca integrar as informações com os órgãos do Estado do Paraná. Sobre o sistema, o General explica “nós perseguimos um sistema de vigilância de fronteiras que nos traga benefícios com um investimento baixo perto das perdas, perda de emprego. Perdi o quê? Qualidade de vida. Quando perco qualidade de vida, estou alimentando a todos os ilícitos que hoje estão fazendo mal à sociedade. Crimes de armas e explosivos são problema de engenharia social. Sem Operação Fronteira, o Brasil perde mais de 10 bilhões em um ano em impostos. Isso tudo é perda social – educação, saúde, transporte. Nós não temos como construir muros, nós temos que ter um sistema nosso, e é o Sisfron. Depois de muita análise, de muito diagnóstico, chegou-se à conclusão de que é uma solução. ”

Por outro ângulo, “o problema de fronteira é muito mais, é um problema de engenharia social. Se nós não fizemos um trabalho integrado podemos acabar com a entrada de dinamite, ou minimizar, mas, outros ilícitos aparecerão, e vão afetar nossa sociedade. Hoje é o assunto estouro de caixa eletrônico. Amanhã, será outro. Então, nós temos que trabalhar como um todo, com política



que envolvam segurança e defesa, mas também as oportunidades. E a Sifron traz essas oportunidades.” comenta.

Outros fatores destacados na pesquisa de implementação são a realidade econômica, o relevo, os latifundiários, tráfego de descaminho e até a ocorrência de crime organizado nos países de fronteira. O objetivo desse programa é obter a segurança. “O caminho está pela educação, está pela saúde, pela infraestrutura, o caminho de longo prazo. ”, diz o General.

Para defender o litoral, existe outro projeto. Ele não está a cargo do Exército, mas é a Amazônia Azul. Os equipamentos - submarinos, sensores, radares - utilizados são para interceptar embarcações com ilícitos.

Além dos explosivos, o Exército também controla a produção de blindagem, airbag e opitrônicos. As empresas de blindagem do Paraná se reportam a 5ª Região Militar, que autoriza a compra e a aplicação, mas não influencia na produção industrial. Os opitrônicos são encontrados em determinadas lunetas, que possuem venda controlada. É necessário pedir permissão, explicar o motivo da compra e sua utilização para o Exército.

Ao ser perguntado sobre a origem dos explosivos, como chegam até as quadrilhas e a forma - via roubo ou receptação, o General responde, “O roubo aqui no Paraná é inexpressivo. Tivemos nenhum ou um, nesses três anos. E por que estamos fiscalizando as pedreiras? Se no trânsito do explosivo, chamado blaster, não for fiscalizado, se torna um ponto de evasão de explosivo. Ou pode ser até achacado por uma quadrilha. É uma vulnerabilidade do sistema e, por isso, temos juntos com a DEAM trabalhado no Paraná. O Paraná tem uma delegacia especializada, isso é bom aqui no Estado. É um ponto forte. Mas esse é um ponto. Por isso o Sisfron. Posso ter um sistema de blaster fantástico, podemos ter todos os blasters perfeitos e ele vai continuar entrando pela fronteira. E, por isso, o Sisfron vem como uma ferramenta de longo prazo para refinar todos aqueles problemas que afetam nosso País. Uma interligada ao outro. Hoje na minha visão, o ponto fraco está nesse trânsito de pedreira. O outro



ponto franco é o contrabando. O Sisfron tem que andar. E aí a Bancada do Paraná tem nos ajudado na questão orçamentária. Porque são investimentos caros para se ter um retorno muito maior.”, finaliza.

6. CONCLUSÃO

A motivação principal da CPI foram os indicadores alarmantes que cresceram no Estado do Paraná, principalmente, nos primeiros meses de 2015. Era necessário compreender como os crimes organizados, especificamente na questão dos caixas eletrônicos, funcionavam. Apenas dessa forma, seria possível fazer uma leitura de toda a cadeia de abastecimento de explosivos e propor uma resposta concreta à sociedade.

O presente relatório contém informações do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, da FEBRABAN, do PROCON-PR e da 5ª Região Militar do Exército. E os depoimentos proporcionaram diversos esclarecimentos e respaldo a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nas investigações do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, observou-se que as ações de explosões aos caixas eletrônicos são realizadas por pessoas esclarecidas e que existem várias oportunidades de atuação para os criminosos. O delegado Fábio Amaro exemplificou essas ocasiões no desvio de produtos explosivos de pedreiras, assaltos a cargas de explosivos, venda de explosivos no mercado negro e vazamento de informações privilegiadas de instituições bancárias aos criminosos.

Sobre esses fatos, observamos que o Exército trabalha ativamente para sanar os problemas com os desvios nas pedreiras e com os assaltos a cargas através da fiscalização e da obrigatoriedade de escolta armada no transporte dessas cargas. E ainda, busca na tecnologia, como o Sisfron, sistema de detecção nas fronteiras, ferramenta para combater o ilícito.



Mas, outras brechas como a investigação dos responsáveis pela comercialização e aquisição de emulsões explosivas e cordéis detonantes trazem pouco resultado, principalmente, devido à vastidão das redes virtuais. E sobre o vazamento de informações das instituições bancária, não existe um controle para evitar esse problema.

Nesse contexto, analisamos ainda que dispositivos tecnológicos de segurança indisponíveis e inexistentes nas agências bancárias e nos caixas eletrônicos facilitam a ação e influenciam na continuidade das explosões no Estado do Paraná.

Outro fator relevante apontado pelo delegado foi o tempo necessário para explodir um caixa eletrônico com emulsão explosiva, cerca de cinco minutos. Situação que preocupa e deve ser combatida pelas instituições bancárias. Segundo o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos, existe um alto investimento financeiro em pesquisas e na instalação de dispositivos de segurança, mas as ações não são totalmente eficientes e muitas das tecnologias do exterior não funcionam no Brasil. Os melhores resultados obtidos, no momento, foram o reforço no estreitamento do bocal de saída do dinheiro e a tinta que mancha o dinheiro.

Estatisticamente, o ano de 2015 iniciou com alto índices de explosões à caixas eletrônicos. No mês de janeiro ocorreram 25 explosões e em fevereiro foram 24 explosões, mas com a atuação da força-tarefa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP) ocorreram apenas 13 explosões em março, ou seja, uma diminuição de 45% em relação ao mês anterior. Já em abril foram 09 explosões, diminuição de 30%. Outros dados mostram que as explosões são na sexta e no sábado, entre 03 horas às 04 horas da manhã. Para controlar e inibir essas ações, a SESP aumentou o efetivo policial nesses horários.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Para o PROCON, fazer campanha educativa e sempre orientar os consumidores sobre os horários menos perigosos para utilizar o autoatendimento são de extrema importância, principalmente, porque o Código do Consumidor (8.078/90) determina que a instituição bancária assegure ao seu cliente segurança. Para a Diretora Cláudia Francisca Silva, legalmente, ninguém pode sofrer nenhum tipo de lesão à segurança e à integridade física. Caso ocorra, o banco responde perante esse consumidor. Outro problema, devido às explosões, pode ser a desinstalação de caixas eletrônicos, gerando transtorno ao consumidor, que ficaria privado de utilizar aqueles serviços.

No que tange a FEBRABAN sobre os dispositivos de segurança, Campos comenta que canhões de som, névoas de fumaça, blindagem, grades internas e externas, nem sempre são eficientes. E também, esbarram em quesitos que poderiam ser muito mais desfavoráveis à segurança e à vida do cliente. Para ele, as melhores opções seriam a atuação da inteligência policial e a instalação do “Projeto Detecta”. Projeto que propõem que as câmeras dos bancos fossem monitoradas pela SESP e quando ocorresse uma ameaça, policiais seriam acionados imediatamente. Ressalta que o Brasil detém a melhor e a mais robusta tecnologia em relação à produção de caixas eletrônicos.

Para o representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior, o sistema de segurança robusto proporciona uma ação mais agressiva e mais violenta pelo criminoso. Explica que a quantidade de dispositivos de segurança não está atrelada à redução dos índices de criminalidade nas explosões, mas mesmo assim, os bancos investem cerca de R\$9 bilhões em segurança, anualmente.

Em relação aos explosivos, a 5ª Região Militar do Exército atua na fiscalização de produtos controlados (são aqueles cujo poder de destruição ou outra propriedade pode causar danos às pessoas, destruir pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas) seja na autorização para produzir, estocar e distribuir; controlar o certificado de registro das empresas, o transporte, a



armazenagem, a utilização; desenvolvendo essas atividades em conjunto com diversos órgãos - policiais militares, civis, rodoviários federais, federais, SESP, DEAM, Ministério Público Federal e Estadual, Receita Federal. Segundo o General, o ponto fraco do sistema é a detonação de pedreiras, pois é nessa fase que existe o desvio e o roubo de carga. Os métodos utilizados pelo Exército para evitar são a fiscalização da escolta armada, a emissão da guia de circulação com a especificação da quantidade de explosivo e a fiscalização no transporte da carga em estradas e rodovias. O resultado, 3.156 armas destruídas e 334 inspeções de pedreira, neste ano.

Os profissionais ouvidos por esta Comissão, exceto os representantes da FEBRABAN, relataram que dispositivos de segurança instalados nos caixas eletrônicos contribuiriam para diminuir as explosões. Todos são unânimes em dizer que leis e penalidades específicas são fundamentais para o controle das explosões à caixas eletrônicos no Estado do Paraná.

Em suma, observamos falhas na segurança das instituições bancárias e falta de Leis que classifiquem esse tipo de crime. A CPI percebeu que a falta de mecanismos de segurança eficientes nos bancos contribui grandiosamente para aumentar o índice de explosões. O simples fato de alguns bancos não utilizarem a tinta para marcar o dinheiro revela o descaso com a sociedade. Ao se preocuparem apenas com o reforço do material nos caixas eletrônicos e realizarem diversas restrições quanto ao uso de dispositivos, os bancos permitem que ações criminosas tenham um nível de dificuldade muito baixo para explodir os caixas eletrônicos. Sendo assim, os criminosos se multiplicam devido as brechas dos bancos e dificultam o trabalho dos órgãos policiais. Resultado, destruição e uma população com medo no Estado do Paraná.



7. ENCAMINHAMENTOS

Em face do exposto e com base nas documentações e dados trazidos à análise desta Comissão, esta CPI propõe:

1. Sugerir proposta ao Presidente do Tribunal de Justiça para criar uma Vara Especial, a qual realizará julgamento dos casos de explosão à caixa eletrônico, analisados sobre a figura de uma tutela especial;
2. Apresentar nesta Casa um projeto de Lei Regulamentando sobre a obrigatoriedade de dispositivos de segurança nas instituições bancárias e lotéricas;
3. Apresentar nesta Casa um projeto de Lei Regulamentando sobre limites mínimos de caixas eletrônicos nas cidades e nos municípios;
4. Sugerir discussão na Casa sobre a fixação de agências bancárias de cada instituição nas cidades e municípios;
5. Propor aos bancos campanhas institucionais para instruir os consumidores sobre procedimento de segurança nos caixas eletrônicos;
6. Propor ao PROCON campanha de incentivo a reclamações pelo consumidor;
7. Cobrar explicações da FEBRABAN sobre o questionário realizado pela CPI;
8. Discutir projeto de lei sobre a integralização de câmeras das instituições bancárias ao sistema da SESP.

À vista do exposto, esta relatoria encerra o presente relatório e o submete a aprovação no Plenário desta Casa de Leis.

Curitiba, 14 de dezembro de 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

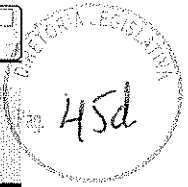



DEPUTADO GUTO SILVA

RELATOR


DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI

PRESIDENTE

**Comissões Especiais****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA
A INVESTIGAR EXPLOSÕES À CAIXAS
ELETRÔNICOS NO ESTADO DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
(ATO DO PRESIDENTE Nº 013/2015)

PRESIDENTE

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI

RELATOR

DEPUTADO GUTO SILVA

MEMBROS EFETIVOS

DEPUTADO MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura**1. DO CONHECIMENTO DO FATO**

No Estado do Paraná ocorreu uma onda de explosões à caixas eletrônicos. Foram quase uma explosão por dia no começo do ano de 2015. Essas ações proporcionaram preocupação dos órgãos públicos e principalmente dos parlamentares da Assembleia Legislativa, que solicitaram o requerimento para constituir Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conforme inciso 3º do artigo 62 da Constituição Estadual do Estado do Paraná, e com fundamentos nos artigos 34, 36, e 37 do Regimento Interno desta Casa.

As justificativas para a criação da CPI se baseiam no “aumento de 45%, em 2014, das ocorrências de furtos a caixas eletrônicos e terminais de autoatendimento mantidos em estabelecimentos comerciais”, conforme descreve o Deputado Felipe Francischini no requerimento de 10 de março de 2015 e também, do interesse de proteger a pessoa humana e garantir a segurança do consumidor.

Para os cidadãos paranaenses, as explosões geraram sentimento de medo e causando destruição do patrimônio. Devido a todos esses fatos, dados e justificativas, fez-se necessária, portanto, a atuação desta Casa de Leis.

A Comissão teve como objetivos principais investigar e fiscalizar os motivos para as explosões à caixas eletrônicos no âmbito do Estado do Paraná, além de apurar possíveis irregularidades e propor mudanças.

A CPI trabalhou para analisar e investigar a comercialização, transporte, manuseio e emprego de explosivos por empresas sediadas em território estadual. Em paralelo, indagar as medidas preventivas de segurança tomadas pelos bancos para auxiliar os órgãos de segurança, os quais atuam para inibir os atos criminosos no território do Estado do Paraná.

O foco de investigação seguiu fontes como a FEBRABAN (Federação Nacional dos Bancos) - que é uma entidade representativa do setor bancário brasileiro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e também o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Exército Brasileiro - que fiscaliza produtos controlados como os explosivos utilizados nos caixas eletrônicos.

2. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

2.1 DA CONSTITUIÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, instituída através do Ato do Presidente nº 013/2015, com sede do Poder Legislativo, Palácio Dezenove de Dezembro, Centro Cívico, Capital do Estado. Constituída em 30 de março de 2015, com prazo inicial de 120 (cento e vinte), sendo composta por 07 membros.

2.2 PROCEDIMENTOS

A Comissão para atingir os propósitos da investigação e fiscalização instituiu duas medidas. A primeira, alimentar e catalogar o Banco Geral de Dados da CPI e a segunda, solicitar apoio profissional de um grupo multidisciplinar também afetados pela investigação dessa Comissão. A composição foi constituída por 10 servidores indicados pela Presidência da CPI:

- a. Um Coordenador Geral da Secretaria da CPI
- b. Um Coordenador Delegado da Polícia Federal ou Civil;
- c. Um Jurídico da CPI;
- d. Um Escrivão da Polícia Civil da CPI;
- e. Um Policial Militar para Diligências;
- f. Cinco servidores para analisar documentos: um do PROCON, um Policial Federal, dois Policiais Cíveis e um Militar do Exército Brasileiro;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



2.2.1 ROTEIRO DE TRABALHO

Para consecução dos os objetivos da CPI, entre outras providências, este Plano de Trabalho prevê:

- a. Realização de reuniões na Assembleia Legislativa;
- b. Aprovação de requerimentos diversos;
- c. Tomada de depoimentos;
- d. Oitiva de autoridades públicas e de especialistas;
- e. Requisição de documentos;
- f. Realização de diligências.

2.3 DA COMPOSIÇÃO

Em 30 de março de 2015, na Assembleia Legislativa, Sala de Reuniões do Centro de Operações das CPIs, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Explosão de Caixas Eletrônicos e, na Primeira Reunião Ordinária da CPI encaminharam a deliberação da Composição da CPI, sendo eleito o Deputado Felipe Francischini (SD) para presidir a Comissão, o Deputado Guto Silva (PSC) como Relator e como membros efetivos os parlamentares: Rasca Rodrigues (PV), Professor Lemos (PT), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Artagão Júnior (PMDB) e Francisco Bühner (PSDB).

2.4 DO FUNCIONAMENTO

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 7 (sete) reuniões ordinárias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



3. DO PRAZO

A Comissão iniciou seus trabalhos em 30 de março de 2015 e encerrou seu prazo regimental de 120 (cento e vinte) dias em 06 de outubro de 2015. O requerimento de dilação de prazo para a finalização dos trabalhos foi apresentado em plenário pelo Presidente. Após a prorrogação de 60 (sessenta) dias a CPI encerrou suas atividades no dia 06 de outubro de 2015.

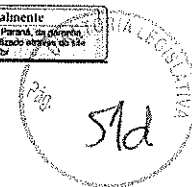
4. RESUMOS DAS REUNIÕES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE MAIO DE 2015

Em 30 de março de 2015, na Assembleia Legislativa, Sala de Reuniões do Centro de Operações das CPIs, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Explosão de Caixas Eletrônicos e, na Primeira Reunião Ordinária da CPI encaminharam a deliberação da Composição da CPI, sendo eleito o Deputado Felipe Francischini (SD) para presidir a Comissão, o Deputado Guto Silva (PSC) como Relator e como membros efetivos os parlamentares: Rasca Rodrigues (PV), Professor Lemos (PT), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Artagão Júnior (PMDB) e Francisco Bühner (PSDB).

2ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 22 DE ABRIL DE 2015

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária da Comissão

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. Com o objetivo de aprovar ofício com o do pedido de colaboração do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, Fernando Francischini, bem como PROCON-PR para prestar informações à CPI, acerca do tema.

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE MAIO DE 2015**

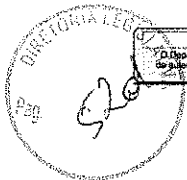
A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu o diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, o delegado da Polícia Civil Fábio Amaro. O delegado apresentou dados estatísticos das ações tomadas pelo departamento para combater os ataques aos caixas em todo o Estado.

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 06 DE JUNHO DE 2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. Reuniram-se os membros, com o objetivo de aprovar ofícios com os pedidos de convocações do Exército Brasileiro e da FEBRABAN para que prestem informações à CPI, acerca do tema.

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS
DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 25 DE AGOSTO DE 2015**

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Caixas Eletrônicos recebeu a diretora do PROCON-PR, Claudia Francisca Silvano para contextualizar o ponto de vista do consumidor nessa investigação.

6ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu dois representantes da FEBRABAN, o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos e o Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior para esclarecer o que as instituições bancárias estão fazendo para evitar os assaltos e roubos aos caixas eletrônicos, os valores investidos pelas instituições financeiras em prevenção e segurança e até as ações para proteger o público que utiliza o serviço.

7ª REUNIÃO ORDINÁRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITOS DAS EXPLOSÕES À CAIXAS ELETRONICOS - DIA 06 DE OUTUBRO DE 2015

Na sala de reuniões do Plenário, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito das Explosões à Caixas Eletrônicos. A CPI recebeu o comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luis Antônio Duizit Brito, para verificar a atuação do Exército na fiscalização, manuseio, exportação, importação, armazenamento de produtos explosivos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

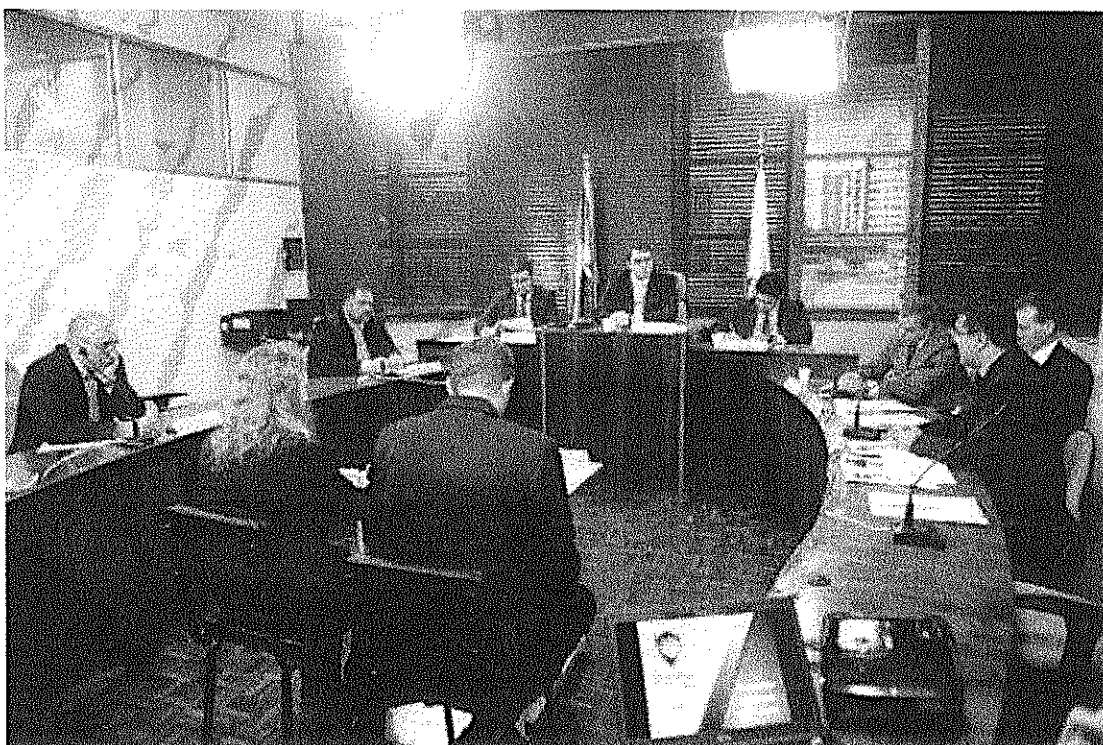
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



5. RELATÓRIOS DA CPI

5.1 DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 25 de maio de 2015, o diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, o delegado da Polícia Civil Fábio Amaro. O delegado apresentou dados estatísticos das ações tomadas pelo departamento para combater os ataques aos caixas em todo o Estado. Na apresentação aos deputados, falou sobre a necessidade de dispositivos para coibir a ação dos criminosos e também a criação de uma vara especial para julgar o crime organizado.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



5.1.1 Depoimento do Delegado Fábio Amaro

O delegado da Polícia Civil Fábio Amaro prestou esclarecimentos a respeito de tudo o que está sendo realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná sobre as explosões aos caixas eletrônicos. O delegado atualmente é o Diretor do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP). O DIEP é uma unidade programática da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP).

Na explanação, explicou que anteriormente as explosões com emulsão explosiva, havia outra prática, o maçarico. Comentou que os criminosos entravam nas agências bancárias e cortavam com um maçarico a parte onde ficava guardada a quantia em espécie - dinheiro do caixa eletrônico. Para esconder a ação, colocavam lonas pretas nas entradas, para que ninguém visualizasse o clarão dos maçaricos. No final, retiravam dinheiro e saíam da agência bancária. Levavam entre 25 a 30 minutos. Mas, a nova prática de emulsão trouxe celeridade à ação dos marginais, disse Flávio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária
Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico

Quantitativo de Explosões em Caixas Eletrônicas e Variação Percentual Mês a Mês - 1º Jan a 11 Maio de 2015 - Paraná.

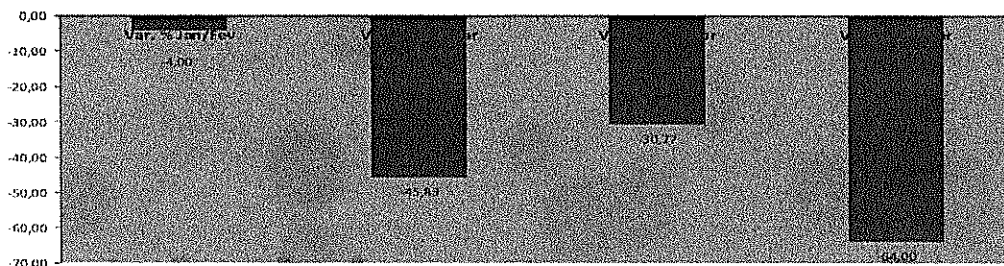
Natureza	Jan	Fev	Var. % Jan/Fev	Fev	Mar	Var. % Fev/Mar	Mar	Abr	Var. % Mar/Abr	Maio*	Var. % Jan/Abr
Explosões Caixas Eletrônicas	25	24	-4,00	24	13	-45,83	13	9	-30,77	8	-64,00

Fonte: Agência de Inteligência da Polícia Civil.

Nota: Ocorrências envolvendo diversas naturezas cujos meios empregados são: explosivos, dinamite, maçarico, granada e outros meios de rompimento de barreiras em caixas eletrônicas.

(*) - Até 11 maio 2015.

Explosões em Caixas Eletrônicas: Comparativo da Variação % - 1º Jan a 11 Maio 2015 - Paraná



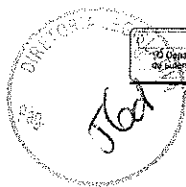
Fonte: Agência de Inteligência da Polícia Civil.

Nota: Ocorrências envolvendo diversas naturezas cujos meios empregados são: explosivos, dinamite, maçarico, granada e outros meios de rompimento de barreiras em caixas eletrônicas.

(*) - Até 11 maio 2015.

O Departamento de Inteligência observou que as ações de explosões são realizadas por pessoas esclarecidas e que existem várias oportunidades e brechas para os criminosos, como por exemplo, desvio de produtos explosivos de pedreiras e assaltos a cargas de explosivos. Para o delegado, "o criminoso fica 24 horas arquitetando como vai fazer determinada prática, analisando a oportunidade e a conveniência, além de, receber informações dentro de instituições bancárias. A maioria dos assaltos que ocorrem na saída de banco não ocorre a esmo. Mas sim, porque alguém dentro da agência bancária envolvido na criminalidade passa informação privilegiada", esclarece.

Relata ainda que, atualmente, para se explodir um caixa eletrônico, com emulsão explosiva, demandam no máximo cinco minutos, ou seja, diminuiu-se o período que o criminoso levava para maçaricar. A prática dessa ação se iniciou no segundo semestre de 2014 e um dos fatores é a facilidade e fragilidade da segurança nas agências bancárias, elucida o delegado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Ao analisar a questão dos caixas eletrônicos, Flávio explica "em 2014 foram destruídos 48 caixas eletrônicos do Banco do Brasil, mas em 2015 diminuiu devido a algumas agências colocaram dispositivos de segurança. Dispositivos que devem ser colocados em todas as agências bancárias, mas isso não ocorre."

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

BANCO DO BRASIL

Distin/Geinf./Dines - 2015/0260
Brasília (DF), 03 de Agosto de 2015

Recabido
05/10/2015
Cab. Dep. Felipe Francischini

#Confidencial

Ao Exmo. Deputado Estadual Felipe Francischini

OFÍCIO Nº 21/2015 - Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - de 16 de junho de 2015 - Em resposta ao ofício em epígrafe, referente à solicitação de relatórios, estudos, levantamentos e perícias sobre os procedimentos que o Banco do Brasil vem adotando para combater e prevenir as explosões aos caixas eletrônicos no estado do Paraná, informamos que o Banco adota uma série de medidas, entre as quais pode-se destacar:

- I) Adequação/Redução do Horário de Funcionamento das Salas de Autoatendimento (SAA) em 201 agências do estado do Paraná (relação constante no Anexo01)
- II) Gestão de Numerário dos TAA (Terminais de Autoatendimento) - Estabelecimento de limites de saldo (Limites de Pernoite) que podem permanecer nos TAA no período noturno.
- III) Contratação de *retrofit** dos TAA remanescentes com a instalação de dispositivo de entintamento. Está previsto a instalação de sistemas de entintamento de cédulas em mais 340 TAA localizados em 165 SAA (Sala de Autoatendimento) de agências do estado do Paraná. O processo encontra-se em fase de contratação pelo Banco, por meio processo licitatório, com conclusão de toda a instalação prevista para até o final de Dez/2015 (relação constante no Anexo02).
- IV) Novos TAA - Aquisição de novos TAA com dispositivos de segurança para fazer frente aos ataques, entre os quais o entintamento de cédulas e cofres reforçados com material de alta dureza. Até final de Junho/2015, havia 308 TAA novos com sistema de entintamento de cédulas, instalados em 165 dependências do estado (relação constante no Anexo03).
- V) Monitoramento de todos os TAA (monitoramento dos sensores dos terminais). Nas SAA das agências existe ainda monitoramento de alarme e CFTV.
- VI) Em casos de sinistro, as ocorrências são tempestivamente informadas às autoridades policiais.

* Retrofit - atualização dos terminais existentes, para a tecnologia de entintamento de cédulas.

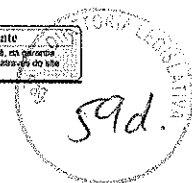
Ass: 01/10/2015 - 21/08/2015
Assinatura: 01/10/2015 - 21/08/2015



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Comenta ainda que “O Bradesco, por exemplo, teve 28 ataques no ano de 2015. O motivo se deve ao fato do banco não utilizar equipamentos de segurança adequados para evitar explosões, ou seja, tinta vermelha que mancha o dinheiro. Sendo assim, quando ocorre a explosão, danifica-se o conteúdo da caixa blindada, e essa tinta cai no dinheiro, não sendo possível sua distribuição. O Itaú possui esse tipo de equipamento, a própria Caixa Econômica Federal, em algumas agências, possui, mas não em sua grande maioria. O Banco 24 horas possui também, mas o Santander não possui.”.

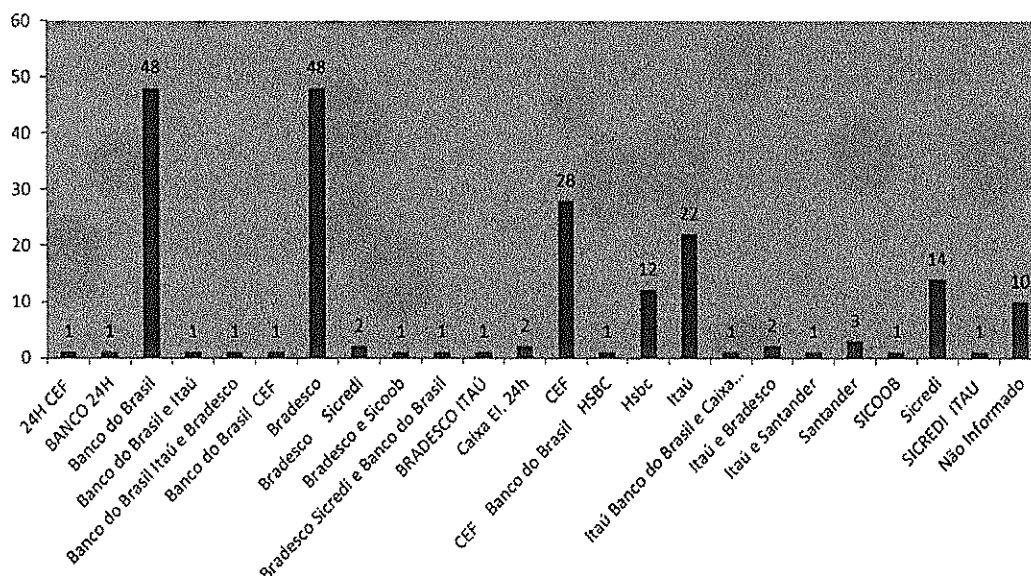


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

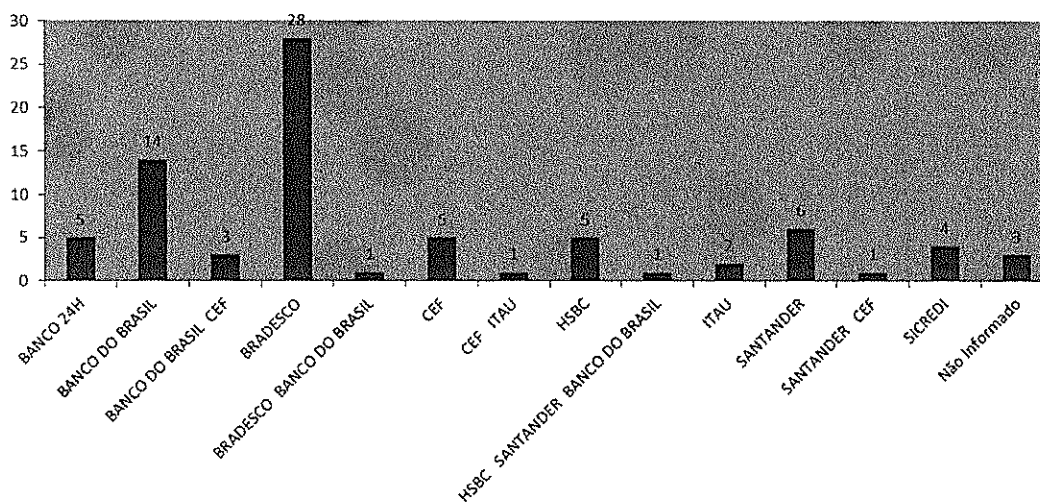
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



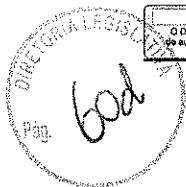
Explosões em Caixas Eletrônicas Segundo a Instituição - Paraná - 2014



Explosões em Caixas Eletrônicas Segundo a Instituição - Paraná - 1º Jan a 11 Maio 15



Segundo o delegado, no mês de janeiro deste ano ocorreram 25 explosões à caixas eletrônicos e no mês de fevereiro foram 24 explosões. Em paralelo a esse fato, houve a criação da força-tarefa (braço operacional do

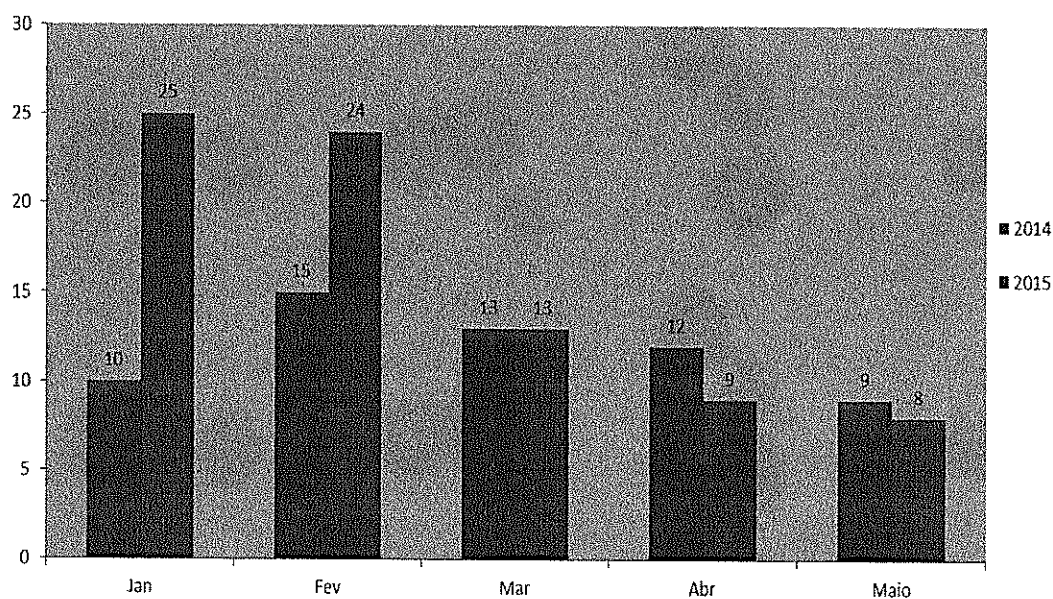


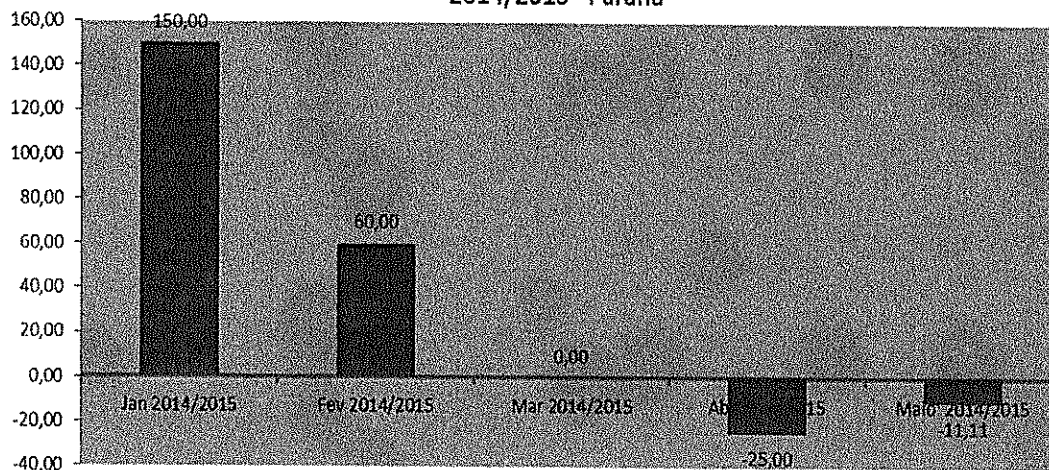
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Departamento de Inteligência, uma força conjunta de policiais civis e militares que estariam exercendo foco diretamente a esse tipo de criminalidade) que acabou congregando as forças de segurança pública num motivo comum, combater esse tipo de delinquência. “O resultado obtido foi a diminuição, no mês de fevereiro, de 24 ocorrências para 13 em março, ou seja, uma diminuição de 45% em relação ao mês anterior. Já de março à abril, foram de 13 explosões para 9 explosões, ou seja, ocorreu diminuição de 30%. Essa diminuição se deve também ao fato de prisões ocorridas com a contribuição das duas forças de segurança, a Polícia Civil e a Polícia Militar, que tirou de circulação mais de doze indivíduos que executavam esse tipo de prática”, comenta.

Explosões em Caixas Eletrônicas - Comparativo 1º Jan a 11 Maio - 2014/2015 - Paraná

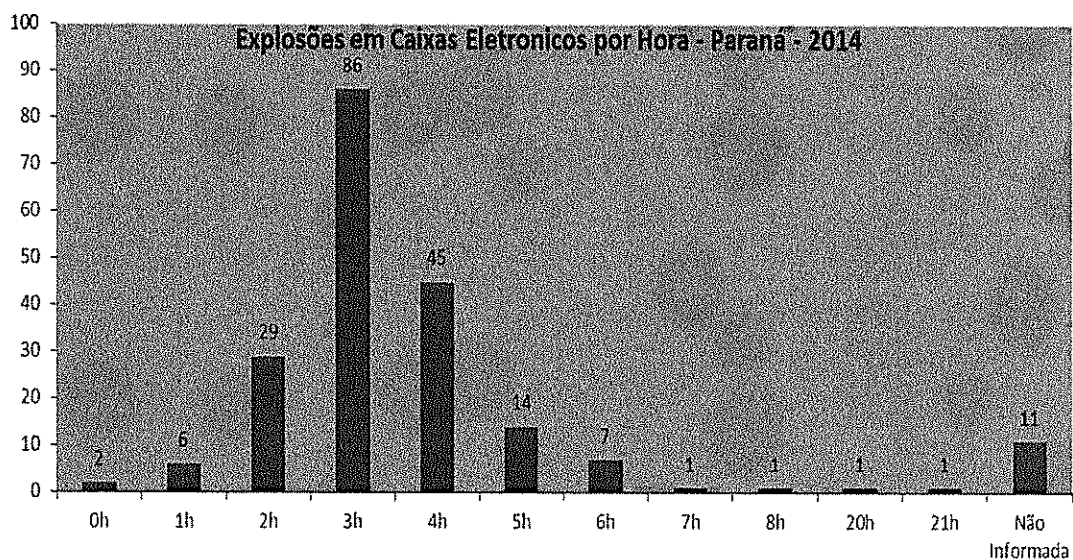


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª LegislaturaExplosões em Caixas Eletrônicos: Comparativo Mensal da Variação %, 1º Jan a 11 Maio
- 2014/2015 - Paraná

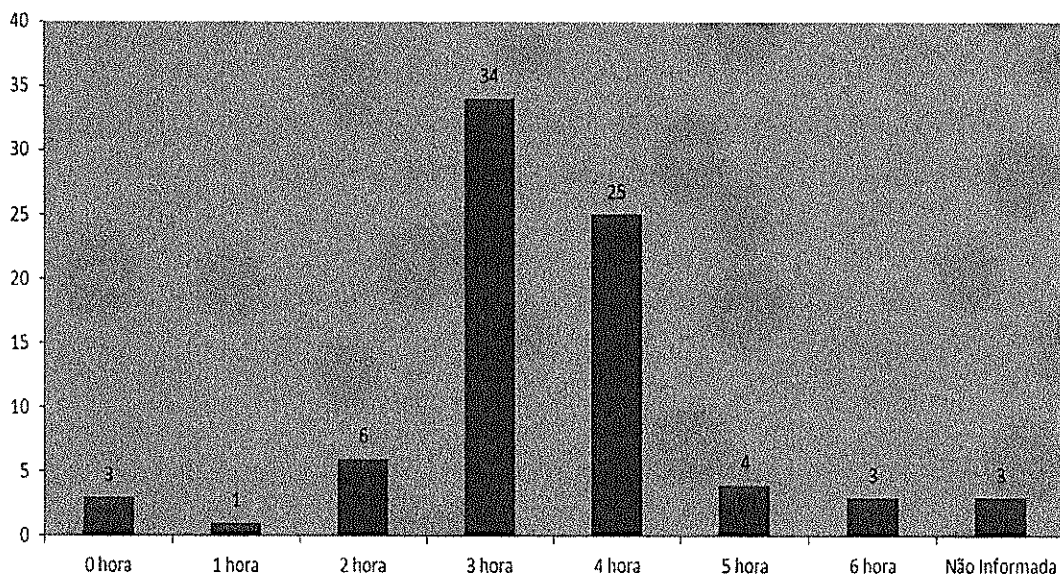
Estatisticamente, existem duas datas em que os marginais mais atuam, na sexta e no sábado; e um horário específico, das 03 horas às 04 horas da manhã. As 34 explosões neste ano de 2015 foram às 03 horas da manhã e as 25 explosões foram às 04 horas, relata Fábio. Para controlar e inibir essas ações, a SESP aumentou o efetivo policial nesses horários.

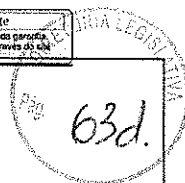


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



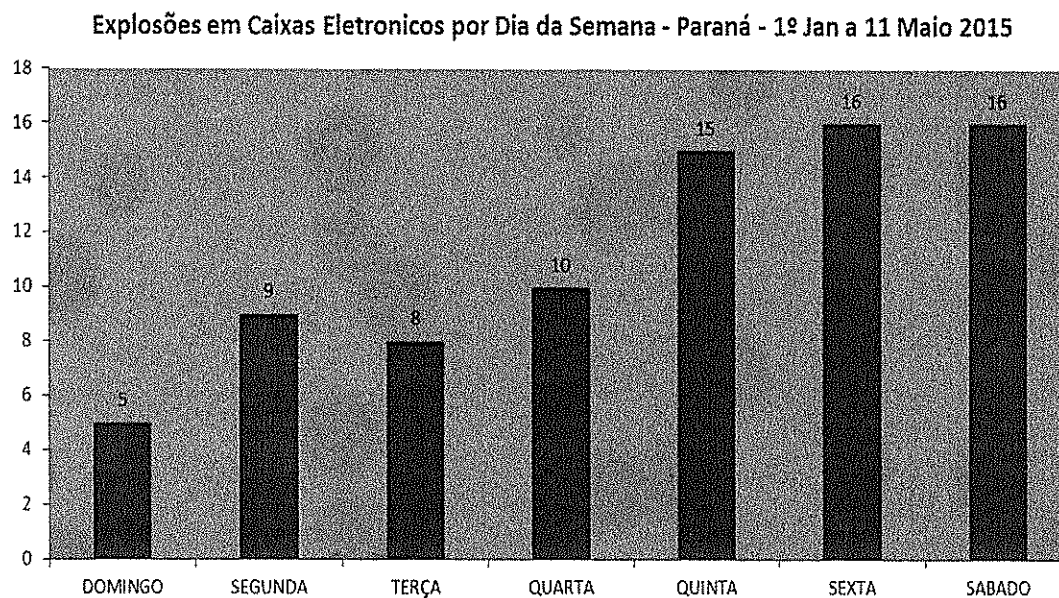
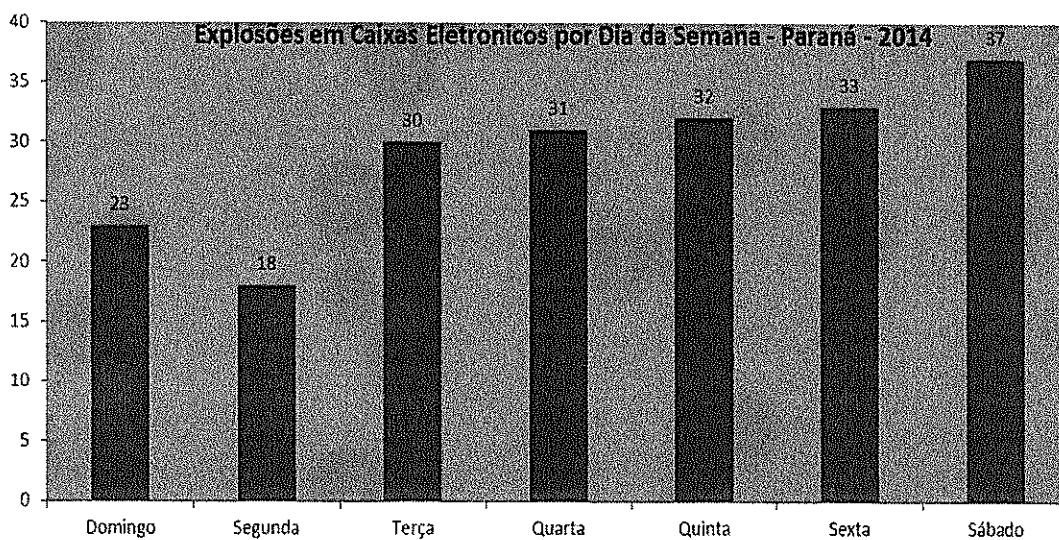
Explosões em Caixas Eletrônicas por Hora - Paraná - 1º Jan a 11 Maio 2015





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

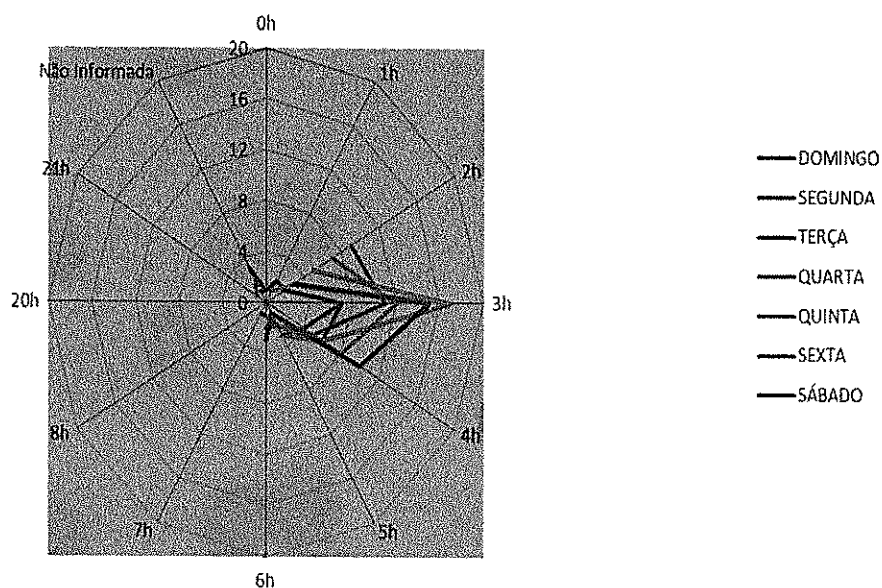
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



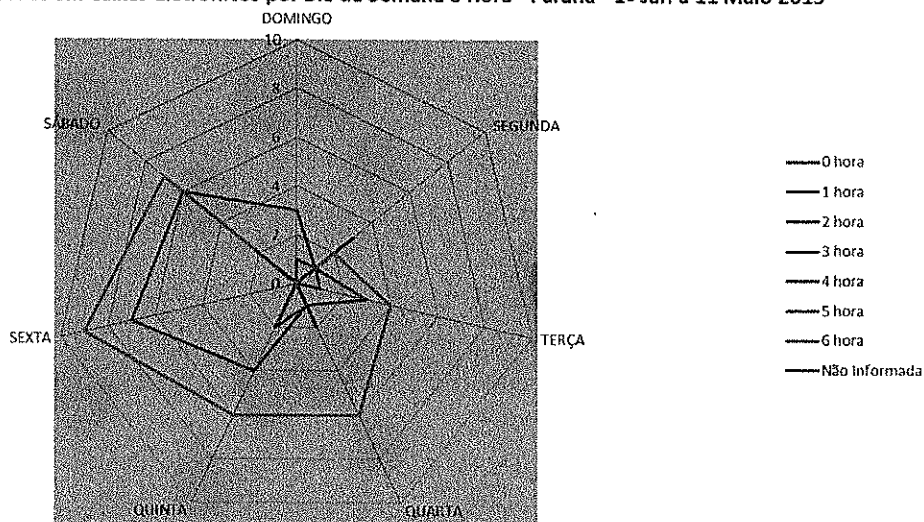
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Explosões em Caixas Eletrônicas por Hora e Dia da Semana - Paraná - 2014



Explosões em Caixas Eletrônicas por Dia da Semana e Hora - Paraná - 1º Jan a 11 Maio 2015



O delegado descreve duas situações pontuais de atuação com resultados relevantes. A primeira na região de Matinhos, onde oito indivíduos

REGISTRO
65d.**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

foram presos em uma residência que estava sendo monitorada pelos setores de inteligência da Polícia Civil e da Polícia Militar. Oito indivíduos foram pegos com cinco fuzis, dentre eles três AK-47, calibre 776. Calibre que nem a Polícia Militar e nem a Polícia Civil possuem. A segunda ocorreu no Município de Almirante Tamandaré, onde os criminosos já tinham adquirido um triplex com o dinheiro ganho nas explosões à caixas eletrônicos. “As investigações indicaram que esses indivíduos presos em Tamandaré praticaram pelo menos dez explosões à caixas eletrônicos, nove delas no Estado do Paraná e uma no Estado de Santa Catarina. Nesta prisão, foram apreendidos: uma submetralhadora, um fuzil, três pistolas, quatrocentos quilos de explosivos”, afirma.

Recentemente, foram apreendidos algumas emulsões explosivas e cordéis detonantes que se destinavam à venda. Através de levantamentos foi verificado que esse material tem custo de produção máximo de R\$45 - cordão, explosivo e emulsão explosiva. O criminoso terceiriza o material, vende por R\$3 mil reais o pacote (emulsão e cordel explosivo). “Percebeu-se que é muito mais rentável à venda de emulsão explosiva do que o próprio tráfico de drogas”, comenta Flávio.

Ao finalizar, o delegado sugere que para melhorar o resultado seria necessário estreitar o laço com o Tribunal de Justiça ao fazer uma Vara especializada em crime organizado. Ressalta que hoje não existe nem uma tipificação penal a esse respeito. E que o ato é tratado como se fosse um furto qualificado - pessoas com explosivo são iguais a pessoas com fuzis à mão, ou explosão à caixa eletrônico se iguala a um furto mediante arrombamento. Pena de dois a oito anos. E conclui ao sugerindo que as instituições bancárias utilizem mais equipamentos de segurança para os caixas eletrônicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



5.2 PROCON DO ESTADO DO PARANÁ

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 25 de agosto de 2015, a diretora do PROCON-PR, Cláudia Francisca Silvano para contextualizar o ponto de vista do consumidor nessa investigação. Na conversa, a diretora comentou sobre a carência de segurança, os riscos que o consumidor pode sofrer ao utilizar os serviços nas agências bancárias em horários críticos, a falta de números quantitativos de agências bancárias e a falta de costume de não efetuar reclamações sobre os serviços de caixas eletrônicos.



5.2.1 Depoimento da Diretora Cláudia Francisca Silva

A diretora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor (PROCON-PR), Cláudia Francisca Silvano comentou, com os

67d

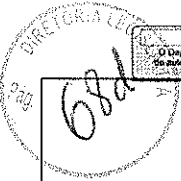
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

deputados, que no começo do ano o PROCON intermediou uma reunião entre a FEBRABAN e a Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de buscar um equilíbrio entre as ações da segurança pública e da segurança privada no combate aos ataques às caixas eletrônicas, que se intensificaram tanto na capital paranaense quanto no interior. Nesse evento, foi acordado que os bancos deveriam apresentar um relatório e fazer uma campanha educativa a respeito da diminuição de dinheiro e de caixas automáticos, no entanto, essa documentação não foi apresentada até o presente momento, o que se torna uma burla à lei. A proposta do PROCON inclui também orientar o consumidor ao utilizar os serviços bancários nos horários menos perigosos e sobre as estratégias capazes de assegurar o adequado e mais seguro atendimento dos clientes nas instalações de autoatendimento, explica Cláudia.

Para a diretora, a maior preocupação das explosões é com os consumidores, principalmente com os do interior, pois há poucos caixas eletrônicos e se eles fossem retirados, por uma questão de segurança ou explosão, o consumidor vai ficar simplesmente desassistido e não vai poder usar os serviços bancários, comenta. Ressalta ainda que não existe legislação e nem fiscalização sobre os caixas eletrônicos.

O problema pode ainda se intensificar devido ao fato do consumidor, tanto da capital quanto do interior, muitas vezes, não reclamar, conseqüentemente, "não haverá número de reclamações para se ter qualquer tipo de atuação pelo PROCON", fato que já acontece, explica Cláudia.

Segundo a diretora, "o Código do Consumidor (8.078/90) determina que, por exemplo, uma instituição bancária, ou qualquer outro fornecedor, que tenha uma atividade de risco, assegure ao seu cliente segurança. Legalmente, ao entrar em um banco ninguém pode sofrer nenhum tipo de lesão à segurança, à integridade física e se houver, o banco responde perante esse consumidor". O Código estabelece ainda no art. 56 várias sanções. Uma delas é a multa que varia de quatrocentos reais à seis milhões de reais, e até o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

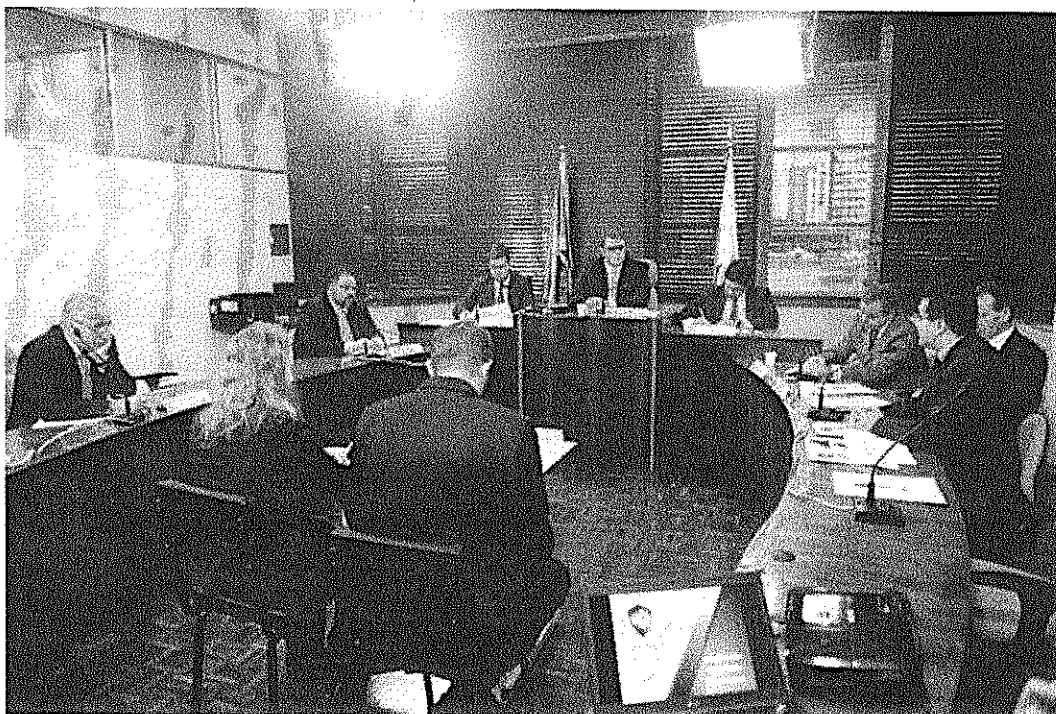


fechamento da agência bancária. Como o banco é um dos maiores ofensores nas reclamações do consumidor, “o PROCON oferece um atendimento preliminar, chamada SIP, que objetiva um assessoramento rápido para o consumidor e uma solução efetiva, com resolutividade de 80% das reclamações”, esclarece. Mas essas soluções se referem aos atendimentos, serviços prestados e nas renegociações de dívidas.

Ao finalizar, a diretora sugere que leis sejam criadas para fiscalizar a atuação dos bancos, seja nos serviços de autoatendimento em horários não comerciais, na quantidade de dinheiro disponíveis nos caixas, no quantitativo de caixas eletrônicos e nos lugares instalados, na prestação de segurança ao consumidor ao utilizar os caixas eletrônicos e até na divulgação de campanhas educativas ao consumidor.

5.3 FEBRABAN

A CPI dos Caixas Eletrônicos recebeu no dia 23 de setembro de 2015, dois representantes da FEBRABAN, o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos e o Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior para esclarecer o que as instituições bancárias estão fazendo para evitar os assaltos e roubos aos caixas eletrônicos, os valores investidos pelas instituições financeiras em prevenção e segurança e até as ações para proteger o público que utiliza o serviço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura**5.3.1 Depoimento do Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos**

A FEBRABAN tem realizado um trabalho intenso em relação à busca de mitigação de atividades criminosas no Brasil, afirma Carlos Campos, Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN. Segundo Campos, na visão geral do Brasil, o Paraná não tinha um bom índice (segundo colocado em atividades de ataques), mas o índice melhorou - caiu mais de 27%, através da gestão de segurança pública do Dr. Fernando Francischini e, na continuidade, com atual Secretário, Dr. Mesquita.

Em relação às ações de segurança, “foram realizados investimento bancário em cima de processo de tecnologia na mitigação de ataques. No ano de 2003 era um bilhão de reais em investimento, dez anos depois, passou para nove bilhões de reais”, afirma Campos. Os investimentos realizados foram para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



os caixas eletrônicos, como por exemplo, reforço no estreitamento do bocal de saída do dinheiro. “O Brasil detém a melhor e a mais robusta tecnologia, em relação à produção de caixas eletrônicos. Não existe nada comparado ao caixa eletrônico do Brasil.”, declara o assessor, no entanto, explica que os bancos têm investido em segurança e tecnologia, mas as ações não são totalmente eficientes e muitas das tecnologias do exterior não funcionam no Brasil. “Estamos buscando nos Estados Unidos, Israel, Itália, Alemanha, França, Japão, mas ainda não atingiu um ponto da tecnologia para atender as nossas necessidades. A melhor delas chama-se inteligência policial. Por isso, acredito piamente na atividade da Secretaria de Segurança Pública para combater eficazmente, porque esses equipamentos realmente vão tardar, vão atrapalhar a atividade criminosa, mas nós não queremos só isso” explica Campos.

Analisa ainda a questão dos CFTVs - câmaras de monitoramento, e exemplifica o assunto com base na investigação de eventos criminosos em São Paulo. Segundo o assessor, “São Paulo caminha num processo um pouco mais adiantado devido a iniciativa do governo em instalar o “Projeto Detecta”, que seria a integração das câmaras privadas junto ao sistema do centro de comando de controle do estado. Ora, se você tem uma câmara privativa, independente de ser banco ou não, eles teriam que ser disponibilizadas dentro do sistema, já utilizado pelo estado. Realmente criar, junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado, um grupo de trabalho que venha a melhorar essa integração entre bancos, secretaria e sociedade.”

Sobre os alarmes de segurança, Campos comenta que existe um plano piloto de utilização desses aparelhos, como canhões de som, que são utilizados pelo governo americano, mas a instalação encontra barreira na restrição de decibéis - não podem passar de 127 decibéis o som. Um erro no volume de decibéis pode estourar a audição das pessoas, seja dos assaltantes e das vítimas, o que preocupa os bancos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

Outra tecnologia que pode ser utilizada são as névoas de fumaça, mas em situações pontuações, conforme relata o assessor “Os criminosos fazem dois eventos, um evento seria “boi de piranha”, um evento X em tal lugar para fazer com que a equipe de pronta resposta fosse ao local, enquanto eles vão, realmente, perpetrar um crime maior em outro lugar”. Um fato relevante é que os assaltantes têm levado ventiladores para que haja uma dissipação da fumaça com mais rapidez. Sendo assim, esse equipamento acaba se tornando ineficaz, afirma.

Ele ressalta que cada agência bancária requer uma análise para utilizar o melhor e mais eficaz equipamento. A blindagem, por exemplo, é frequentemente rejeitada. “A blindagem, ao contrário do que as pessoas pensam, trabalha ao contrário. Ao desligar a energia de um prédio de uma agência bancária, na verdade não está liberando as portas, mas sim travando as portas. Imagina colocar uma blindagem e acontece um corte de energia com incêndio na agência bancária. Você vai transformar o local numa panela de pressão e as pessoas vão morrer lá dentro.”, exemplifica Campos. O mesmo aconteceria para grades externas ou internas, que poderia resultar em uma tragédia, com a da blindagem, analisa.

Outra questão citada é a utilização de vigilantes armados, para Campos, quando as quadrilhas realizam o assalto rendem o vigilante, roubam a arma e o colete balístico.

Para analisar esses assuntos, existe também a Comissão Executiva de Segurança Bancária que realiza reuniões mensais acerca de verificar a problemática do evento criminal em relação a assalto a banco e a explosões de ATMs, de caixas eletrônicos.

Ao ser perguntado sobre as câmeras integradas, Campos responde que existe 173 mil pontos de ATMs no Brasil, mas nenhum dispositivo ainda conseguiu aprovação do Banco Central. Sobre o dispositivo de tinta para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



manchar o dinheiro, responde que embora seja utilizada, nem sempre resulta em situações positivas e em tornar ineficaz a utilização desse dinheiro.

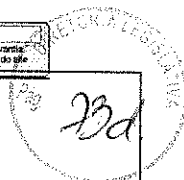
Perguntado sobre o sistema de segurança das caixas lotéricas, Campos explica "a questão das casas lotéricas é uma questão específica da Caixa Econômica Federal, se não estou enganado e não tiver outra instituição bancária que faz isso. Então, é uma questão pura e simplesmente para eu tratar junto com Direção da Executiva de Segurança Bancária com a Caixa Econômica Federal. Dia 14 de outubro é a nossa reunião Executiva onde vêm os representantes de todos os bancos. Nós temos lá uma representação de 16 bancos que, efetivamente, têm seus diretores como participantes. Então vou verificar a questão da lotérica em si, se virou posto de atendimento para de pequenas contas".

Para os deputados, a lotérica tem papel fundamental na sociedade, pagamento principalmente, porque em alguns municípios pequenos, que não têm bancos, a lotérica é o único local para receber o pagamento e pagar as contas.

Questionado sobre o seguro dos bancos em relação ao roubo do dinheiro, Campos declara que não existe seguro contra assalto à banco, ou ATMs, resulta em fundo perdido do banco. O seguro se restringe a estrutura física da agência bancária.

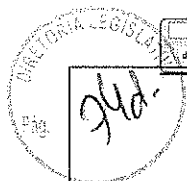
Sobre a diminuição da quantidade de dinheiro nos caixas eletrônicos, Campos explica que foi reduzido os valores colocados dentro dos caixas, principalmente para a ação ser menos atrativa. "Existe um chip no sistema, existe um controle, é remediado logo a seguir. Se vê que acaba e gente tentando tirar dinheiro e não tem mais, eles vão ajustar novamente para atender o público", afirma.

Ao ser indagado sobre a identificação do numerário do dinheiro das notas roubadas, elucida que quando as notas saem do Banco Central existe um controle da numeração, mas depois os bancos não sabem da distribuição

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

do dinheiro. E desconhece qualquer técnica, dispositivo ou sistema de inteligência para rastrear as notas e registrá-las ao sair do caixa eletrônico.

Devido aos inúmeros questionamentos dos deputados, Campos ficou à disposição para responder um questionário específicos formulado pela CPI.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



REUNIÃO DA CPI 23/09 – FEBRABAN

PERGUNTAS

- A FEBRABAN POSSUI QUANTOS BANCOS AFILIADOS? E QUANTO ISSO REPRESENTA EM UM CENÁRIO TOTAL NO PAÍS? PORCENTAGEM?
- DESTA TOTAL A FEBRABAN POSSUI UM LEVANTAMENTO DE QUANTOS ROUBOS COM EXPLOSIVOS FORAM FEITOS? NO BRASIL E NO PARANÁ?
- QUAL A EXPECTATIVA DO MONTANTE ROUBADO NA SOMA DESTES ASSALTOS?
- HOVE MORTES DE AGENTES BANCÁRIOS?
- HOVE ALGUMA DEMISSÃO OU DENÚNCIA DE ALGUM EMPREGADO ENVOLVIDO NOS CRIMES?
- HÁ ALGUMA ESPÉCIE DE SEGURO PARA AS AGÊNCIAS?
- NESTE SEGURO HÁ PREVISÃO DE RESSARCIMENTO DO MONTANTE ROUBADO OU APENAS DOS DANOS SOFRIDOS NA PARTE FÍSICA?
- QUE MECANISMOS DE SEGURANÇA OS BANCOS TEM IMPLANTADO? TINTAS, FUMAÇA GUILHOTINA, BLINDAGEM REFORÇADA NAS GAVETAS?
- A FEBRABAN TEM ORIENTADO DE FORMA SISTEMICA E UNIFORME AOS SEUS ASSOCIADOS NA QUESTÃO DE PREVENÇÃO DESTE TIPO DE CRIME? DE QUE FORMA?
- A FEBRABAN TEM LEVANTAMENTO DE AGÊNCIAS QUE SOFRERAM EXPLOSÕES E POSSUEM OS MECANISMOS DE INIBIÇÃO E OU DANIFICAÇÃO DAS NOTAS? FEZ ALGUM COMPARATIVO COM AS QUE NÃO POSSUEM ESTES MECANISMOS?
- AS AGÊNCIAS FIZERAM ALGUM TIPO DE RESTRIÇÃO DE HORARIO OU DE QUANTIAS EM HORÁRIOS ESPECÍFICOS?
- EM FEVEREIRO DO CORRENTE ANO HOVE UMA REUNIÃO NA SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ E SEGUNDO NOS FOI INFORMADO HOVE UM COMPROMISSO JUNTO COM O A SECRETARIA E COM O PROCON, DOS BANCOS E FEBRABAN FORNCEREM DADOS SOBRE OS PROCEDIMENTOS E DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE MONITORAMENTO PARA INTEGRALIZAR COM O CENTRO DE INTELIGENCIA DA SECRETARIA. HOVE ALGUM CUMPRIMENTO DESTE PRAZO COM ALGUM DESTES ITENS ACORDADOS? E POR QUE?
- HÁ ALGUMA PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DIGITAIS DE TRANSAÇÃO DE MOEDAS, TIPO ACEITE DE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS PELA APROXIMAÇÃO DO CELULAR COM NFC - Near Field Communication OU comunicação por proximidade?
- CONSTATAÇÃO: NA ULTIMA SEMANA HOVE MAIS UMA PRISÃO DE UMA QUADRILHA DE ASSALTANTES DE CAIXAS ELETRONICOS, SEGUNDO FOI LEVANTAMENTO DA SESP - DESDE ENTÃO NÃO HOVE MAIS CRIMES ATÉ O PRESENTE MOMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

Ao finalizar, o assessor sugere que leis especiais para crimes cometidos com a utilização de explosivos sejam aprovadas, contribuindo também para diminuir a onda de explosões à caixas eletrônicos.

5.3.2 Depoimento do Representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior

O segundo depoimento foi realizado pelo representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior, que confirmou as informações dadas por Campos. E ratificou que não existe nenhum dispositivo de segurança totalmente eficaz. Segundo Baroni, "O sistema de segurança é composto por vários periféricos, que se complementam. Quanto mais robusto é o nosso sistema de segurança, mais agressivo e mais violento o criminoso tende a agir. O modo de reduzir os índices de criminalidade, não está necessariamente atrelado à quantidade de equipamentos existentes". E completa que o caixa-automático no Brasil é um dos mais reforçados do mundo.

Comenta que os investimentos são realizados há mais de 15 anos e giravam em três bilhões de reais. Hoje anualmente chega à nove bilhões de reais. Valor calculado em dispositivos de segurança e pagamentos de vigilantes. Baroni destaca que "Hoje não existe nenhum banco que tenha apenas o mínimo de requisitos exigidos pela lei, todos excedem em muito os dispositivos que são exigidos pela Legislação atual." E finaliza afirmando que todos esses investimentos tem o objetivo de tentar reduzir a criminalidade.

5.4 EXÉRCITO BRASILEIRO

A CPI recebeu no dia 06 de outubro de 2015, o comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luis Antônio Duizit Brito, para verificar a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura**5.4.1 Depoimento do Comandante da 5ª Região Militar, General de Brigada Luís Antônio Duizit Brito**

Uma das vertentes na função do Exército é a fiscalização de produtos controlados. Na região do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina a 5ª Região Militar coordena esse trabalho. Com atuação nos 296 mil quilômetros quadrados dessas regiões que possuem 18 milhões habitantes.

Acompanhado de outros militares, o General de Brigada Luís Antônio Duizit Brito apresentou os responsáveis pela fiscalização de produtos controlados. O Ten-Cel. Aguiar, oficial da arma de infantaria, que cuida da gestão de fiscalização; o engenheiro químico, Capitão Alsu; o Subtenente Luiz, especialista em legislação; o assessor jurídico, Tenente Holleben; o Cel. Fischer que trabalha na área de inteligência, especificamente na coordenação com os órgãos - Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Receita Federal e Receita Estadual; e o Major Giovani, que trabalha no planejamento das grandes operações. Operações que se baseiam em mapas estratégicos, aprovados pelo Comando Sul, alinhados com o mapa estratégico do Exército, regulamentado pela Constituição Federal, e dentro das metas de fiscalização de produtos controlados. Produtos definidos pelo General como “aqueles cujo poder de destruição ou outra propriedade pode causar danos às pessoas, destruir pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas.”

O serviço de fiscalização de produtos controlados, segundo o general, é coordenado por Brasília, que repassa e troca informações sobre problemas que ocorrem, principalmente, em São Paulo e em Mato Grosso, mas, se estendem pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

A atividade de fiscalização se iniciou em 1924 com o Presidente Getúlio Vargas ao incluir normas na Constituição de 1934, pois se detectou a necessidade de existir um órgão do Poder Executivo Federal que controlasse, inicialmente, armamentos - produção, compra, importação, fabricação.

A 5ª Região Militar coordena vinte quatro agências/postos de fiscalização do Exército. Os resultados dessas ações são repassados a inúmeros órgãos - à Câmara dos Deputados, ao Congresso, a Comissão de Constituição de Justiça, com base no Regulamento 105 dos produtos controlados. E posteriormente podem ser divulgados. “Na sexta passada fizemos uma operação no Oeste catarinense com a Receita Estadual, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, numa empresa que está ilícito, depois de fechado todo o processo, se torna público.”, comenta o General. Os policiais e as autoridades fazendárias são elementos auxiliares na fiscalização dos produtos controlados.

Na ação de fiscalizar às empresas, o General esclarece “as empresas são obrigadas a cumprir todo um processo administrativo para legalizar e para fornecer. Por isso, quando vamos numa empresa e ela está irregular, falta

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

administrativa, por exemplo, câmara de vigilância está quebrada, há uma advertência, uma multa administrativa. Mas se ela não está cumprindo a Lei ou há uma falha, cassa-se o certificado de registro e ela tem que fechar.”, caso contrário, o Ministério Público é acionado, explica.

Ressalta que o sucesso do trabalho se deve ao elo entre todos os órgãos. Entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Cujas função se volta para a sociedade, “é um serviço que afeta a todos nós, a toda sociedade. Não existe essa possibilidade de achar que afeta um ou outro.”, cometa o General.

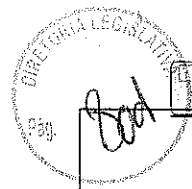
O Exército também controla o certificado de registro das empresas sobre os produtos controlados, faz a emissão de autorização para produzir, estocar e distribuir, aplica infração às empresas, mas, caso exista indícios de produtos ilícitos, comunica a Secretaria de Segurança Pública.

Recentemente a 5ª Região Militar, iniciou o trabalho de investigação, “está dando bons resultados e desta forma nós passamos a ter uma nova forma de atuar, ou seja, que são as chamadas operações interagências.”, declara o General.

Na área de transporte, o Exército fiscaliza, mas os órgãos de segurança pública é que atuam, pois tem o poder de polícia nas rodovias – situação de uma operação interagências. O Exército, portanto, não pode parar um caminhão em rodovias e estradas. Não é sua atribuição, exceto na faixa de fronteira que é regulamentada por Lei Federal votada no Congresso, afirma.

Em relação a escolta de explosivos, o General esclarece que há alguns anos, era facultativa, porque não havia roubo à carga. Mas, após incidentes foi necessário determinar às empresas fabricantes e fornecedoras a escolta armada. Nesse período ocorreram questionamentos em relação ao custo da escolta embutido no preço do explosivo.

Ao refletir sobre essa situação, comenta, “Mas quanto custa uma vida humana? Então o cigarro é importante ter escolta, o aparelho Iphone 6, da criança tem que ter escolta. Mas, explosivo não? Quando estourou o caixa

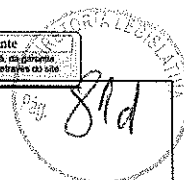


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



eletrônico do hospital aqui de Campina Grande do Sul quanto prejuízo não causou à sociedade. Então, se o explosivo vai subir de custo, não há problema. Tenho certeza que o cigarro sobe de custo, o eletrônico sobe de custo, o medicamento sobe de custo. Mas a sociedade não pode pagar com seu sacrifício, porque vai aumentar o custo da dinamite e do explosivo. Então, nós organizamos e informamos. E os órgãos de segurança pública já têm atuado nas rodovias, nos trajetos – cobrando, fiscalizando, apreendendo, aplicando multa, para que isso se resolva. ”

Um ponto fraco do sistema é a detonação de pedreiras, assegura o General. O processo e o responsável por realizar as explosões são chamados de Blaster. O profissional deve estar registrado em uma empresa que trabalha com explosão de pedreiras. Sua atividade é bem específica, descreve o General “O Blaster leva 10 quilos de explosivos de manhã, no local, coloca as cargas e explodiu. Se sobrou explosivos, ele tem que registrar. Sobraram três quilos. Aí, ele tem uma guia de transportes de volta. Antes de ir para a operação, ele tira uma autorização com a gente, tudo por sistema, é tudo muito rápido. Eu sei onde está tendo explosões no Paraná e em Santa Catarina. E aí, nós fazemos a fiscalização em rota, normalmente na volta. Porque nós temos que ver se o manifesto de carga está certinho e aí nós já encontramos problemas. Por que não foi lançou no manifesto que está voltando três quilos de dinamite? Isso é uma falta grave. E esses assuntos nós tratamos com a Secretaria de Segurança Pública e com a DEAM- Delegacia de Explosivos, Armamento e Munição. Acontece que, simplesmente o Blaster botou os explosivos e foi para casa almoçar, sei lá o que ele foi fazer. Abandonou o explosivo na pedreira. Material sem guia de tráfego. Como é que o material está trafegando sem guias, sem ter um controle de onde saiu e para onde vai? Então são ilícitos. Apliquei a multa, ele vai lá e paga três mil, eu posso até suspender o CR administrativo. Recolher a dinamite, tudo é apreendido.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



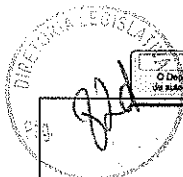
Algumas dessas fases recebem também o apoio da GAECO e da Polícia Federal.

Devido a amplitude das operações e da necessidade de compreender a cadeia dos produtos controlados são frequentes os cursos e treinamentos transmitidos pelo Exército para as policiais militares, civis e rodoviários além do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

Os resultados desses trabalhos podem ser verificados, por exemplo, na operação Rastilho. Ela ocorreu em duas fases, a primeira foi entre os dias 23 a 25 de setembro, onde foram apreendidos 4.050 quilos de explosivos. E a segunda, acabou em 2 de outubro. Foram percorridos três mil quilômetros e uma empresa autuada como ilícitos. Em 2013, 20 toneladas de dinamite foram apreendidas. Já esse ano, foram 3.156 armas destruídas e 334 inspeções de pedreira, relata o General.

No ano que vem, o Exército irá instalar no Paraná o Sisfron, sistema de detecção para combater o ilícito nas fronteiras. As obras de engenharia começam em Cascavel e utilizarão a rede da Copel. O Sisfron busca integrar as informações com os órgãos do Estado do Paraná. Sobre o sistema, o General explica “nós perseguimos um sistema de vigilância de fronteiras que nos traga benefícios com um investimento baixo perto das perdas, perda de emprego. Perdi o quê? Qualidade de vida. Quando perco qualidade de vida, estou alimentando a todos os ilícitos que hoje estão fazendo mal à sociedade. Crimes de armas e explosivos são problema de engenharia social. Sem Operação Fronteira, o Brasil perde mais de 10 bilhões em um ano em impostos. Isso tudo é perda social – educação, saúde, transporte. Nós não temos como construir muros, nós temos que ter um sistema nosso, e é o Sisfron. Depois de muita análise, de muito diagnóstico, chegou-se à conclusão de que é uma solução.”

Por outro ângulo, “o problema de fronteira é muito mais, é um problema de engenharia social. Se nós não fizemos um trabalho integrado podemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



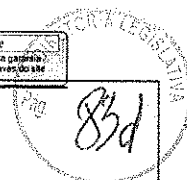
acabar com a entrada de dinamite, ou minimizar, mas, outros ilícitos aparecerão, e vão afetar nossa sociedade. Hoje é o assunto estouro de caixa eletrônico. Amanhã, será outro. Então, nós temos que trabalhar como um todo, com política que envolvam segurança e defesa, mas também as oportunidades. E a Sifron traz essas oportunidades.” comenta.

Outros fatores destacados na pesquisa de implementação são a realidade econômica, o relevo, os latifundiários, tráfego de descaminho e até a ocorrência de crime organizado nos países de fronteira. O objetivo desse programa é obter a segurança. “O caminho está pela educação, está pela saúde, pela infraestrutura, o caminho de longo prazo. ”, diz o General.

Para defender o litoral, existe outro projeto. Ele não está a cargo do Exército, mas é a Amazônia Azul. Os equipamentos - submarinos, sensores, radares - utilizados são para interceptar embarcações com ilícitos.

Além dos explosivos, o Exército também controla a produção de blindagem, airbag e opitrônicos. As empresas de blindagem do Paraná se reportam a 5ª Região Militar, que autoriza a compra e a aplicação, mas não influencia na produção industrial. Os opitrônicos são encontrados em determinadas lunetas, que possuem venda controlada. É necessário pedir permissão, explicar o motivo da compra e sua utilização para o Exército.

Ao ser perguntado sobre a origem dos explosivos, como chegam até as quadrilhas e a forma - via roubo ou receptação, o General responde, “O roubo aqui no Paraná é inexpressivo. Tivemos nenhum ou um, nesses três anos. E por que estamos fiscalizando as pedreiras? Se no trânsito do explosivo, chamado blaster, não for fiscalizado, se torna um ponto de evasão de explosivo. Ou pode ser até achacado por uma quadrilha. É uma vulnerabilidade do sistema e, por isso, temos juntos com a DEAM trabalhado no Paraná. O Paraná tem uma delegacia especializada, isso é bom aqui no Estado. É um ponto forte. Mas esse é um ponto. Por isso o Sisfron. Posso ter um sistema de blaster fantástico, podemos ter todos os blasters perfeitos e ele vai continuar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



entrando pela fronteira. E, por isso, o Sisfron vem como uma ferramenta de longo prazo para refinar todos aqueles problemas que afetam nosso País. Uma interligada ao outro. Hoje na minha visão, o ponto fraco está nesse trânsito de pedreira. O outro ponto franco é o contrabando. O Sisfron tem que andar. E aí a Bancada do Paraná tem nos ajudado na questão orçamentária. Porque são investimentos caros para se ter um retorno muito maior.”, finaliza.

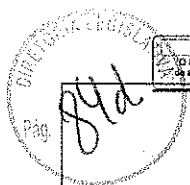
6. CONCLUSÃO

A motivação principal da CPI foram os indicadores alarmantes que cresceram no Estado do Paraná, principalmente, nos primeiros meses de 2015. Era necessário compreender como os crimes organizados, especificamente na questão dos caixas eletrônicos, funcionavam. Apenas dessa forma, seria possível fazer uma leitura de toda a cadeia de abastecimento de explosivos e propor uma resposta concreta à sociedade.

O presente relatório contém informações do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, da FEBRABAN, do PROCON-PR e da 5ª Região Militar do Exército. E os depoimentos proporcionaram diversos esclarecimentos e respaldo a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nas investigações do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, observou-se que as ações de explosões aos caixas eletrônicos são realizadas por pessoas esclarecidas e que existem várias oportunidades de atuação para os criminosos. O delegado Fábio Amaro exemplificou essas ocasiões no desvio de produtos explosivos de pedreiras, assaltos a cargas de explosivos, venda de explosivos no mercado negro e vazamento de informações privilegiadas de instituições bancárias aos criminosos.

Sobre esses fatos, observamos que o Exército trabalha ativamente para sanar os problemas com os desvios nas pedreiras e com os assaltos a cargas através da fiscalização e da obrigatoriedade de escolta armada no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



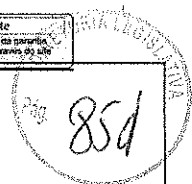
transporte dessas cargas. E ainda, busca na tecnologia, como o Sisfron, sistema de detecção nas fronteiras, ferramenta para combater o ilícito.

Mas, outras brechas como a investigação dos responsáveis pela comercialização e aquisição de emulsões explosivas e cordéis detonantes trazem pouco resultado, principalmente, devido à vastidão das redes virtuais. E sobre o vazamento de informações das instituições bancária, não existe um controle para evitar esse problema.

Nesse contexto, analisamos ainda que dispositivos tecnológicos de segurança indisponíveis e inexistentes nas agências bancárias e nos caixas eletrônicos facilitam a ação e influenciam na continuidade das explosões no Estado do Paraná.

Outro fator relevante apontado pelo delegado foi o tempo necessário para explodir um caixa eletrônico com emulsão explosiva, cerca de cinco minutos. Situação que preocupa e deve ser combatida pelas instituições bancárias. Segundo o Assessor de Segurança da Diretoria de Negócios e Operações da FEBRABAN, Carlos Campos, existe um alto investimento financeiro em pesquisas e na instalação de dispositivos de segurança, mas as ações não são totalmente eficientes e muitas das tecnologias do exterior não funcionam no Brasil. Os melhores resultados obtidos, no momento, foram o reforço no estreitamento do bocal de saída do dinheiro e a tinta que mancha o dinheiro.

Estatisticamente, o ano de 2015 iniciou com alto índices de explosões à caixas eletrônicos. No mês de janeiro ocorreram 25 explosões e em fevereiro foram 24 explosões, mas com a atuação da força-tarefa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP) ocorreram apenas 13 explosões em março, ou seja, uma diminuição de 45% em relação ao mês anterior. Já em abril foram 09 explosões, diminuição de 30%. Outros dados mostram que as explosões são na sexta e no sábado, entre 03 horas às 04

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura

horas da manhã. Para controlar e inibir essas ações, a SESP aumentou o efetivo policial nesses horários.

Para o PROCON, fazer campanha educativa e sempre orientar os consumidores sobre os horários menos perigosos para utilizar o autoatendimento são de extrema importância, principalmente, porque o Código do Consumidor (8.078/90) determina que a instituição bancária assegure ao seu cliente segurança. Para a Diretora Cláudia Francisca Silva, legalmente, ninguém pode sofrer nenhum tipo de lesão à segurança e à integridade física. Caso ocorra, o banco responde perante esse consumidor. Outro problema, devido às explosões, pode ser a desinstalação de caixas eletrônicos, gerando transtorno ao consumidor, que ficaria privado de utilizar aqueles serviços.

No que tange a FEBRABAN sobre os dispositivos de segurança, Campos comenta que canhões de som, névoas de fumaça, blindagem, grades internas e externas, nem sempre são eficientes. E também, esbarram em quesitos que poderiam ser muito mais desfavoráveis à segurança e à vida do cliente. Para ele, as melhores opções seriam a atuação da inteligência policial e a instalação do "Projeto Detecta". Projeto que propõem que as câmeras dos bancos fossem monitoradas pela SESP e quando ocorresse uma ameaça, policiais seriam acionados imediatamente. Ressalta que o Brasil detém a melhor e a mais robusta tecnologia em relação à produção de caixas eletrônicos.

Para o representante da FEBRABAN e Gerente de Segurança do HSBC, Loridan Angelo Baroni Júnior, o sistema de segurança robusto proporciona uma ação mais agressiva e mais violenta pelo criminoso. Explica que a quantidade de dispositivos de segurança não está atrelada à redução dos índices de criminalidade nas explosões, mas mesmo assim, os bancos investem cerca de R\$9 bilhões em segurança, anualmente.

Em relação aos explosivos, a 5ª Região Militar do Exército atua na fiscalização de produtos controlados (são aqueles cujo poder de destruição ou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



outra propriedade pode causar danos às pessoas, destruir pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas) seja na autorização para produzir, estocar e distribuir; controlar o certificado de registro das empresas, o transporte, a armazenagem, a utilização; desenvolvendo essas atividades em conjunto com diversos órgãos - policiais militares, civis, rodoviários federais, federais, SESP, DEAM, Ministério Público Federal e Estadual, Receita Federal. Segundo o General, o ponto fraco do sistema é a detonação de pedreiras, pois é nessa fase que existe o desvio e o roubo de carga. Os métodos utilizados pelo Exército para evitar são a fiscalização da escolta armada, a emissão da guia de circulação com a especificação da quantidade de explosivo e a fiscalização no transporte da carga em estradas e rodovias. O resultado, 3.156 armas destruídas e 334 inspeções de pedreira, neste ano.

Os profissionais ouvidos por esta Comissão, exceto os representantes da FEBRABAN, relataram que dispositivos de segurança instalados nos caixas eletrônicos contribuiriam para diminuir as explosões. Todos são unânimes em dizer que leis e penalidades específicas são fundamentais para o controle das explosões à caixas eletrônicos no Estado do Paraná.

Em suma, observamos falhas na segurança das instituições bancárias e falta de Leis que classifiquem esse tipo de crime. A CPI percebeu que a falta de mecanismos de segurança eficientes nos bancos contribui grandiosamente para aumentar o índice de explosões. O simples fato de alguns bancos não utilizarem a tinta para marcar o dinheiro revela o descaso com a sociedade. Ao se preocuparem apenas com o reforço do material nos caixas eletrônicos e realizarem diversas restrições quanto ao uso de dispositivos, os bancos permitem que ações criminosas tenham um nível de dificuldade muito baixo para explodir os caixas eletrônicos. Sendo assim, os criminosos se multiplicam devido as brechas dos bancos e dificultam o trabalho dos órgãos policiais. Resultado, destruição e uma população com medo no Estado do Paraná.

87d

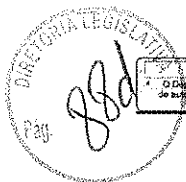
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura**7. ENCAMINHAMENTOS**

Em face do exposto e com base nas documentações e dados trazidos à análise desta Comissão, esta CPI propõe:

1. Sugerir proposta ao Presidente do Tribunal de Justiça para criar uma Vara Especial, a qual realizará julgamento dos casos de explosão à caixa eletrônico, analisados sobre a figura de uma tutela especial;
2. Apresentar nesta Casa um projeto de Lei Regulamentando sobre a obrigatoriedade de dispositivos de segurança nas instituições bancárias e lotéricas;
3. Apresentar nesta Casa um projeto de Lei Regulamentando sobre limites mínimos de caixas eletrônicos nas cidades e nos municípios;
4. Sugerir discussão na Casa sobre a fixação de agências bancárias de cada instituição nas cidades e municípios;
5. Propor aos bancos campanhas institucionais para instruir os consumidores sobre procedimento de segurança nos caixas eletrônicos;
6. Propor ao PROCON campanha de incentivo a reclamações pelo consumidor;
7. Cobrar explicações da FEBRABAN sobre o questionário realizado pela CPI;
8. Discutir projeto de lei sobre a integralização de câmeras das instituições bancárias ao sistema da SESP.

À vista do exposto, esta relatoria encerra o presente relatório e o submete a aprovação no Plenário desta Casa de Leis.

Curitiba, 14 de dezembro de 2015.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 18ª Legislatura



DEPUTADO GUTO SILVA

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI

RELATOR

PRESIDENTE

112762/2015

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2479/2015

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no inciso III do artigo 33 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 e com base no que dispõem a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 15.689, de 2015,

RESOLVE:

Exonerar JOSE CARLOS TAVARES, portador do RG 3.469.465-6/PR, Matrícula nº 13.545, do cargo em comissão de simbologia G5, na Administração, a partir de 1º de dezembro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de dezembro de 2015.

ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ

1º Secretário

ADEMIR BIER

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2481/2015

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no inciso III do artigo 33 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 e com base no que dispõem a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 15.693, de 2015,

RESOLVE:

Exonerar SARITACRISTIANE MARCONDES, portadora do RG 5.352.972-0/PR, Matrícula nº 13.449, do cargo em comissão de simbologia G3, no Gabinete do Deputado Devanil Reginaldo da Silva, a partir de 1º de dezembro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de dezembro de 2015.

ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ

1º Secretário

ADEMIR BIER

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2480/2015

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no inciso III do artigo 33 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 e com base no que dispõem a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 15.690, de 2015,

RESOLVE:

Exonerar PLÍNIO EDUARDO TIEMANN DE ANDRADE, portador do RG 536.160-5/PR, Matrícula nº 13.678, do cargo em comissão de simbologia G1, na Diretoria Geral, a partir de 1º de dezembro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de dezembro de 2015.

ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ

1º Secretário

ADEMIR BIER

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2482/2015

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no inciso III do artigo 33 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 e com base no que dispõem a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 15.748, de 2015,

RESOLVE:

Nomear ELIANA BENEDITA CORREA, portadora do RG 7.024.335-0/PR, Matrícula nº 13.705, para o cargo em comissão de simbologia G5, na Administração, a partir de 1º de dezembro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 11 de dezembro de 2015.

ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ

1º Secretário

ADEMIR BIER

2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

De: Diretoria Legislativa

Para: Secretaria Geral da Presidência

Assunto: Encaminhamento das recomendações da CPI – Explosões de Caixas Eletrônicos.

Através do presente, encaminhamos a Vossa Senhoria cópia do Relatório Final da CPI – Explosões de Caixas Eletrônicos, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 1.037, de 10/3/2016, para ser encaminhado:

- Comissão de Segurança Pública;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- PROCON do Paraná;
- FEBRABAN;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2016.


Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

Buena
11/03/16



904

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 066/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Excelência a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicos*, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademir Luiz Traiano
Presidente

Excelentíssimo Senhor
GILBERTO GIACOIA
Procurador-Geral de Justiça
NESTA CAPITAL

PR/PR - J. MARANHÃO - 21/MAR - 17:04
PROTOCOL Nº: 6600/2016
INTERESSADO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST. DO PARANÁ
ASSUNTO: REI ATUADO - ENCAMINHAMENTO DE



91f

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 067/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhor Secretário,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Excelência a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicos*, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademair Luiz Traiano
Presidente

Excelentíssimo Senhor
WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária
NESTA CAPITAL

921

Cadastro:	CC	
Em:	21/03/2016 17:17	
Assunto:	AREA JURIDICA	
Protocolo:	Vol.:	Cidade: CURITIBA / PR
14.006.864-0	1	Origem: LEGISLATIVO
		Código TTD: -
Nº/Ano Dcto:	67/2016	
Interessado 1:	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PR	
	-	
Interessado 2:	ADEMAR LUIZ TRAIANO	
Palavras chaves:	RELATORIO	
Complemento:	ENCAMINHA RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI EXPLOSÕES DE CAIXAS ELETRÔNICOS.	
Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica		



93f

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 068/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Senhoria a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicas*, realizada nesta Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademir Luiz Trajano
Presidente

Ilustríssimo Senhor
MURILO PORTUGAL FILHO
Diretor-Presidente da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN
SÃO PAULO - SP

JO 561 920 235 BR
Em 22/03/2015



948

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 069/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhora Diretora,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Senhoria a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicos*, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademair Luiz Traiano
Presidente

Ilustríssima Senhora
CLAUDIA FRANCISCA SILVANO
Diretora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor -
NESTA CAPITAL

50561920258BR
Em 22/03/2016.



95f

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 070/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Excelência a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicas*, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademir Luiz Traiano
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CONSELHEIRO IVAN BONILHA
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
NESTA CAPITAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 226976/16

96f

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 226976/16

ASSUNTO: **REQUERIMENTO EXTERNO - ALTERAÇÃO DE BANCO DE DADOS**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Requerente: **ADEMAR LUIZ TRAIANO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (OF 070-2016-GP-SGP.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ 77.799.542/0001-09, através do(a) representante legal ADEMAR LUIZ TRAIANO, CPF 198.072.879-87**

Curitiba, 21 de março de 2016 18:37:38



97f

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 071/2016 – GP/SGP

Curitiba, 18 de março de 2016.

Senhor Deputado,

Venho, através do presente, encaminhar a Vossa Excelência a cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI *Explosões de Caixas Eletrônicos*, aprovado pela Resolução nº 1/2016, publicada no Diário oficial da Assembleia nº 1.037, de 10 de março de 2016.

Atenciosamente,


Ademair Luiz Traiano
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado MAURO MORAES
Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALEP
NESTE EDIFÍCIO

*Recebido
21/03/16
Carla*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

18ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

981

De: Secretaria Geral da Presidência

Para: Diretoria Legislativa

Assunto: Encaminhamento das recomendações da CPI –
Explosões de Caixas Eletrônicos.

- I. De ordem.
- II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa para conhecimento e providências.

Em, 23 de março de 2016.

Luiz Fernando Feltran
Secretário Geral da Presidência